



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA/UFS -PROFHISTÓRIA**

CAROLINE BITTENCOURT LUDUVICE

Combatendo a invisibilidade feminina: Uma proposta para o Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2023

CAROLINE BITTENCOURT LUDUVICE

Combatendo a invisibilidade feminina: Uma proposta para o Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Andreza Santos Cruz Maynard

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L947c Luduvise, Caroline Bittencourt
 Combatendo a invisibilidade feminina: uma proposta para o
Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas / Caroline
Bittencourt Luduvise; orientador Andreza Santos Cruz Maynard. –
São Cristóvão, SE, 2023.
 109 f. : il

 Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de
Sergipe, 2023.

 1. História - Estudo e ensino. 2. Feminismo. 3. Quintina Diniz. 4.
Maria Rita Soares. 5. Beatriz Nascimento. I. Maynard, Andreza
Santos Cruz, orient. II. Título.

CDU 94(813.7)-055.2

CAROLINE BITTENCOURT LUDUVICE

Combatendo a invisibilidade feminina: Uma proposta para o Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

São Cristóvão – SE, _____ de Agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andreza Santos Cruz Maynard (Presidente)
Colégio de Aplicação
ProfHistória - Universidade Federal de Sergipe

Profº Dr. Lucas Miranda Pinheiro (Avaliador Interno)
Departamento de Relações Internacionais
ProfHistória - Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Livia de Rezende Cardoso (Avaliadora externa)
Departamento de Biologia
PPGED – Universidade Federal de Sergipe

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo as deusas, orixás e toda a espiritualidade que possa existir nesse mundo, que me guiaram até esse momento e me fortaleceram no momento que eu mais precisei.

À minha orientadora, Andreza Maynard por seu profissionalismo, delicadeza e compreensão na condução deste trabalho, mas principalmente por manter meu olhar científico diante de histórias de vida inspiradoras.

Aos professores do Profhistória, que mesmo diante das incertezas de uma pandemia, nos proporcionaram uma experiência fantástica

Ao professor Itamar Freitas por todo incentivo e conhecimento transmitido, depois das suas orientações e estímulos, eu passei a acreditar mais em mim.

Aos meus colegas de Profhistória, toda a minha admiração, nós não desistimos e vencemos juntos a pandemia.

Agradeço especialmente aos meus amigos: Leila, Ruy, Simone, Lidiane, Lidia, Midiane, Abraão e Cláudio Jr, nenhum agradecimento será suficiente para expressar a importância de vocês, esse trabalho é nosso, só a gente sabe a relação que construímos durante o mestrado, levarei vocês para a vida.

Ao meu filho João Valentim, obrigada por ser melhor do que eu sonhei, tudo por você e para você.

À minha família, principalmente minha irmã Laís, meu irmão Helber e minha mãe Marize, por estarem sempre ao meu lado, sendo meu porto seguro quando eu mais preciso.

Ao meu companheiro na vida Ronald pelo apoio, incentivo e principalmente por todo amor, paciência e compreensão nos dias difíceis. Não esquecerei disso nunca.

Aos meus colegas de trabalho, pela inspiração diária na luta pela educação, especialmente a: Jeize, Álvaro, Meg, Ivana, Nair, Cláudia, Leilane, Mariana e Silvana, por vibrarem comigo desde a aprovação, aguentarem meus surtos durante o processo e acreditarem em mim mais do que eu mesma.

Ao desing responsável pela produção da cartilha Icaro Ribeiro, obrigada por aguentar as minhas inúmeras modificações com bom humor e profissionalismo.

As minhas amigas de uma vida inteira Cau, Cris, Rivelma, Thaís e Jovi por me aturarem todos esses anos, pela torcida e amizade fiel.

Às minhas alunas e alunos, este trabalho foi feito pensando em vocês.

Por fim a todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram com a realização desse trabalho.

DEDICATÓRIA

*À Quintina Diniz,
Maria Rita Soares e
Beatriz Nascimento
(in memoriam)*

*À Denise Bittencourt e
Alaíde Bittencourt
(in memoriam)
As Mulheres que me tornaram feminista*

A noite não adormece nos olhos das mulheres

Em memória de Beatriz Nascimento

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.*

Conceição Evaristo

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o silenciamento do Ensino de História acerca das trajetórias das mulheres sergipanas outrora atuantes no movimento feminista. Tendo em vista a invisibilidade das mulheres na historiografia e nos currículos escolares e, este trabalho conta com uma cartilha voltada para os docentes e discentes do 9º ano do Ensino Fundamental com a biografia de três mulheres sergipanas: Quintina Diniz, Maria Rita Soares e Beatriz Nascimento. Através dessas histórias de vida, pode-se oferecer aos docentes caminhos para discutir os feminismos e a sua importância para o combate às desigualdades de gênero. De cunho qualitativo, a pesquisa se utilizou de leituras bibliográficas especializadas nas áreas: das teorias feministas, história das mulheres, ensino de história e do uso e produção de biografias. Apoiado nos estudos de Jörn Rüssen e Paulo Freire, este trabalho procura levar os discentes a atuação em suas vidas práticas, buscando a transformação social, por meio da conscientização. É possível afirmar que a utilização das biografias mostrou-se um valioso recurso didático-metodológico para o ensino de História, especialmente no que se refere à valorização da história de mulheres, visto que, ao lançar luz sobre personagens à margem da historiografia, seus conflitos e suas singularidades, gera-se um sentimento de identificação e de empoderamento, na medida que as/os discentes passam a se reconhecer no outro e a compreender que também são agentes da história, possibilitando o desenvolvimento da consciência histórica.

Palavras-chave: Ensino de História; Feminismos; Quintina Diniz; Maria Rita Soares; Beatriz Nascimento

ABSTRACT

This research endeavors to delve into the silence surrounding the teaching of History regarding the trajectories of women from Sergipe who were once active participants in the feminist movement. Given the invisibility of women in historiography and educational curriculum, this study encompasses a pedagogical guide tailored for educators and 9th-grade in the Elementary School system. The guide encapsulates the biographies of three notable women from Sergipe: Quintina Diniz, Maria Rita Soares and Beatriz Nascimento. Through the narrative of their life stories, paths may be extended to educators, affording them the opportunity to engage in discussions pertaining feminisms and their significance in addressing gender inequalities. Adopting a qualitative approach, this research draws upon, specialized bibliographical, resources within the domains of feminis theories, women's history, history education and the production of biographical accounts. Rooted in the perspectives of Jörn Rüssen and Paulo Freire, this study aims to catalyze student engagement within their practical spheres, thereby instigating social transformation through heightened awareness. Evidently, the utilization of biographical accounts serves as a potente didatic and methodological tool for teaching of historical, particularly in relation to the valorization of women's historical narratives. By illuminating the stories of historically marginalized figures, along with their struggles and distinctiveness, a profound sense of identification and empowerment takes root, consequently, students not only come to recognize reflections of themselves in these narratives but also grasp their roles as agentes of history, ultimately nurturing the cultivation of historical consciousness.

Keywords: History Education; Feminist movements; Quintina Diniz, Maria Rita Soares; Beatriz Nascimento

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Maria Rita Soares em 1931.	42
Imagem 2 – Capa da tese de Maria Rita Soares apresentada ao Atheneu	45
Imagem 3 – Maria Rita Soares e um grupo de feministas	46
Imagem 4 – Maria Rita Soares aos 89 anos	50
Imagem 5 – Quintina Diniz e deputados da Assembleia em 1935.....	54
Imagem 6 – Beatriz Nascimento e os irmãos	56
Imagem 7 – Beatriz Nascimento na Conferência Historiografia do Quilombo.....	58
Imagem 8 – Beatriz Nascimento e Raquel Gerber no lançamento do filme Orí.....	61

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

FBPF- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, pansexual, não-binários +demais gêneros e orientações sexuais que não se enquadram no padrão.

MNU- Movimento Negro Unificado

ONU- Organização das Nações Unidas

PMDB– Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROFHISTORIA – Mestrado Profissional em Ensino de História.

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

UDN- União Democrática Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UFF- Universidade Federal Fluminense

UUF – União Universitária Feminina

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA	23
1.1 História das mulheres e Ensino de História	24
1.2: Feminismos suas ondas e o Ensino de História.....	31
1.3 A aplicabilidade da biografia de mulheres feministas no Ensino de História.....	36
CAPÍTULO 2- O USO DE BIOGRAFIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	39
2.1 A produção das biografias	42
2.2 Maria Rita Soares de Andrade: A feminista vanguardista (1904-1998)	43
2.3 Quintina Diniz: A Política Pioneira (1878-1942).....	52
2.4 Beatriz Nascimento: Uma Mulher Atlântica (1942-1995).....	57
2.5 Maria Rita, Quintina e Beatriz: aproximações e distanciamentos	64
CAPÍTULO 3- A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA <i>SERGIPANAS: MULHERES, BIOGRAFIAS E FEMINISMOS</i>.....	69
3.1 O produto:.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os estudos sobre gênero e a participação das mulheres na história ampliaram-se. A atuação das mulheres na história tornou-se alvo de investigação de pesquisadoras e pesquisadores, a partir da década de 1960, com o estabelecimento da chamada segunda onda do feminismo no século XX. No Brasil, estes estudos se iniciam também no século XX, na década de 70, com as reivindicações dos movimentos feministas e a maior participação das mulheres no meio acadêmico.

Apesar da ampliação das discussões dentro das universidades e na sociedade em geral, os debates sobre gênero, feminismo e história das mulheres, não atingiram as salas de aulas da Educação Básica de maneira significativa, ou seja, precisam ser ampliados e aprofundados. Desta forma, este trabalho visa compreender o silenciamento do ensino de História acerca das trajetórias das mulheres sergipanas que atuaram no movimento feminista.

Ao analisar currículos escolares de diversos estados da Federação, pesquisadores como Itamar Freitas, Margarida Dias e Jane Semeão (2012) apontam o pouco espaço destinado à temática, realidade que se arrasta ao longo do tempo. Ainda dentro dessa realidade, no levantamento bibliográfico que realizamos percebemos que, trabalhos acadêmicos que abordem estudos de gênero e sua aplicabilidade no ensino de História, também precisam de ampliação.

Em nossa prática docente, ao buscarmos abordar a temática gênero nas aulas, sentimos na prática esta escassez, seja na carência de recursos pedagógicos voltados para o tema, ou nas lacunas deixadas pelos livros didáticos. Diante disto, este trabalho pretende contribuir com estas discussões e proporcionar aos docentes da Educação Básica um meio de abordagem, que possibilite discutir a participação das mulheres na história e os feminismos nas aulas de História.

Para isto, a utilização da biografia ou de histórias de vida apresentou-se para nós como um caminho viável e valioso. Acreditamos que o uso de biografias de mulheres sergipanas, como metodologia, ou como instrumento didático-pedagógico, pode ser um importante meio para questionar a narrativa histórica hegemonicamente masculina e combater a invisibilidade feminina na historiografia, bem como, o silenciamento de suas histórias de vida.

Buscando atingir esses objetivos, desenvolvemos uma cartilha contendo a biografia de três mulheres sergipanas: Quintina Diniz, Maria Rita Soares e Beatriz Nascimento e sequências didáticas voltadas para o 9º ano do Ensino Fundamental. Ao abordar as histórias destas mulheres, pretendemos evidenciar suas ações e conquistas e discutir as especificidades de suas lutas e das diferentes ondas do movimento feminista, desta forma pretendemos contribuir para

a desconstrução dos estereótipos e desigualdades de gênero, bem como, promover o empoderamento¹ feminino na Educação Básica.

Em uma sociedade machista e patriarcal, como a que vivemos, não é difícil observar cotidianamente a necessidade de discutir as relações e hierarquizações de gênero. Nos incomoda profundamente a naturalização do assédio, as tentativas de silenciamento, o abuso psicológico e os altíssimos níveis de violência a que as mulheres são submetidas todos os dias, em casa, no trabalho, na rua e também nas escolas.

Este trabalho foi pensado, buscando caminhos que contribuam para tentar sanar a ferida social deixada pelo machismo e pelas desigualdades de gênero, pois, acreditamos que a educação é um caminho possível para a mudança desse quadro. Entendemos que uma educação transformadora é o caminho para uma sociedade mais igualitária e justa (FREIRE, 2020).

As desigualdades de gênero e o desconhecimento a respeito do feminismo são questões que buscamos entender a algum tempo, o interesse pela temática gênero e História das Mulheres, surgiu ainda durante a graduação, pretendíamos desenvolver nossa pesquisa de conclusão de curso, neste campo de pesquisa; porém, em 2006, no meio acadêmico em que estávamos inseridas, discussões em torno da temática eram raras e concessões e ajustes para o bom andamento de um trabalho realizado em dupla, nos fizeram caminhar em outra direção. Apesar disto, a temática sempre esteve presente em nossas leituras e pesquisas.

Assim como Chimamanda Adichie afirmou em *Sejamos todos feministas* (2015), nos descobrimos feministas a partir da “acusação” de um amigo, utilizamos aqui a palavra acusação, pois, ser chamada de feminista naquele momento não foi um elogio. Ao dizer a frase: “Você é feminista”, o tom era de provocação, recordamo-nos da expressão facial e do efeito que aquela frase nos provocou. Inicialmente o espanto, depois a inquietação, o estudo e a constatação, que sim éramos feministas e continuamos a sê-lo.

Diante desta feliz constatação, na graduação iniciamos a leitura de um livro intitulado a *História das Mulheres* (1994), da professora sergipana Maria Lígia Madureira Pina, esta foi a primeira obra que lemos a respeito da temática e na época nos causou grande impacto e admiração, pela primeira vez vimos a importância da mulher no decorrer da história, suas lutas

¹ Entendemos empoderamento, a partir do pensamento de Joice Berth como um posicionamento de luta coletiva, para a mudança da sociedade e não como resultado atitudes de benefício individual. “O empoderamento não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para a eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade. Empoderar dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história”. (BERTH, 2018, p. 16)

e conquistas, desde as civilizações antigas até os movimentos feministas do século XX. Além disso, descobrimos através das mulheres biografadas pela autora, uma ampla e intensa participação de mulheres sergipanas dentro do movimento feminista.

Este livro teve um papel decisivo nesta pesquisa, pois, foi a partir dele que delimitamos o nosso objeto de estudo. Apesar de seus problemas de abordagem², esta obra nos possibilitou um primeiro contato com a história de vida das mulheres sergipanas abordadas neste trabalho, entre outras³. Conhecer as contribuições destas mulheres para a conquista dos direitos femininos, as barreiras que romperam, despertou em nós um processo de identificação e empoderamento que pretendemos também despertar em nossas/os estudantes.

Com a leitura de outras pesquisas e nossa entrada no mestrado, tivemos contato com trabalhos científicos que utilizavam a biografia de mulheres como método de ensino, buscando o desenvolvimento da consciência histórica e um novo olhar sobre a historiografia. Estes trabalhos nos fizeram recordar do velho livro de Pina esquecido na estante, com a biografia de diversas mulheres sergipanas, mulheres comuns e mulheres pioneiras em diversos campos, poetisas, professoras, operárias, filantropas. Para a nossa surpresa, desde o final da nossa graduação, pouquíssimos trabalhos lançaram seus olhares sobre essas mulheres.

A escolha pelas três mulheres aqui biografadas, foi feita tencionando abarcar um olhar diversificado de mulheres e dos meios as quais estavam inseridas. Maria Rita Soares, presente dentro da primeira onda do movimento feminista, militante ativa, mulher negra, de família humilde que ascendeu socialmente a partir de sua formação acadêmica na área do direito. Dentro desse mesmo marco temporal, Quintina Diniz nos traz outra perspectiva, a de uma mulher branca, de família ilustre, que rompe as determinações sociais esperadas para ela ao ser eleita como a primeira deputada de Sergipe. Beatriz Nascimento inserida entre a segunda e início da terceira onda do feminismo, nos fornece a visão transgressora de uma mulher negra, intelectual, militante do movimento negro.

Diante das histórias de vida dessas mulheres e das mulheres do nosso convívio familiar e social, histórias de opressão, luta e superação, que surgiu o nosso interesse pelos estudos de gênero e pelo feminismo e é assim, como feministas, que reconhecemos o nosso lugar no

² Em sua obra Pina (1994) faz um resgate da participação da mulher no decorrer da história e dedica o último capítulo a escrita de biografias de mulheres sergipanas. Observamos que boa parte da escrita é meramente descritiva, sem realizar análises críticas e as devidas contextualizações conjunturais. Ademais, não há referências teóricas baseadas nos estudos feministas, utilizando muitas vezes o determinismo biológico como causa principal da opressão feminina. No que se refere a produção biográfica das mulheres sergipanas, notamos além da ausência de análises mais aprofundadas, uma constante exaltação de determinadas características, que contribuem para reforçar discriminações e estereótipos de gênero como a doçura, a bondade, a caridade e a religiosidade cristã.

³ Com exceção de Beatriz Nascimento que não é abordada no livro de Pina.

mundo, enquanto sujeitos históricos.

Apesar dos avanços historiográficos alcançados, a partir do rompimento com a História Tradicional e a adoção da história-problema, defendida pela Escola dos Annales que possibilitou novos olhares e novos sujeitos na construção da escrita da História, os estudos sobre gênero e sua relação com o ensino de História ainda carecem de uma produção mais significativa.

A escola como parte integrante da sociedade, reproduz discursos e práticas que reforçam desigualdades, o machismo e a violência contra a mulher, portanto, não pode se eximir de levar discussões que possibilitem a construção de uma sociedade mais democrática. Debates sobre gênero e feminismo, permitem a desconstrução de estereótipos e do sexismo, promovendo o respeito as diversidades e a igualdade. Oferecer caminhos e suportes pedagógicos para que os professores possam promover estas análises em suas aulas, é urgente, para isto é imprescindível a ampliação dos debates e das pesquisas.

É importante ressaltar que em nossa prática, percebemos um crescente interesse das alunas e alunos sobre a temática, são cada vez mais frequentes questionamentos sobre: a participação feminina no decorrer da História, o que é feminismo e a sua importância, a naturalização dos papéis de gênero e a construção e perpetuação das desigualdades. Estes questionamentos escancaram o silenciamento e/ou apagamento do protagonismo feminino na construção da ciência histórica e na produção dos livros didáticos e quando não são bem conduzidos pelas/os docentes tendem a gerar conflitos, que na maioria das vezes, mais perpetuam preconceitos do que a produção de conhecimentos que possam gerar transformação.

Logo, entendemos que existe interesse de boa parte das alunas e alunos sobre a temática, além disso, o debate acerca do tema na sociedade civil tem se ampliado, bem como, as pesquisas no meio acadêmico. Desta forma, uma importante reflexão se apresenta: Por que o tema não é tratado na Educação Básica de forma significativa?

Em uma pesquisa realizada em 2012, por Jane Semeão, sobre as abordagens de gênero nos currículos escolares em 22 prescrições curriculares, mais da metade dos currículos não traziam conteúdos sobre gênero, incluindo nesta conjuntura o currículo sergipano. Diante disto, de acordo com Semeão (2012), a temática gênero, à época da sua pesquisa representava apenas 1,5% dos conteúdos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Ao analisarmos o currículo de Sergipe mais recente (2018), percebemos alguns avanços, no que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental. A participação das mulheres na História e as lutas pelos direitos femininos são abordados em quatro unidades temáticas do 9º ano do Ensino Fundamental. No 6º ano, apenas uma unidade temática faz referência a

participação feminina na história e nos 7º e 8º ano não identificamos nenhuma menção a temática.

Isso nos mostra o que percebemos em nossa prática docente, apesar das melhorias e dos avanços no que se refere a abordagem da temática nos currículos escolares, ainda temos muito a progredir. Afinal, como afirmado por José Gimeno Sacristán, o currículo não é e nem deve ser neutro ou estático.

Aquilo que está vigente em determinado momento não deixa de ser um produto incerto, que poderia ter sido de outra maneira, e que pode ser diferente tanto hoje como no futuro. Não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age de acordo com orientações que não são as únicas possíveis. (SACRISTÁN, 2013, p. 23)

Assentimos que o currículo escolar e o ensino de História não devem estar em descompasso com a realidade social, a qual está inserido. Desta forma, diante do interesse de alunas e alunos pela temática e da ampliação dos debates sobre gênero e feminismo nos meios acadêmicos e na sociedade em geral, a inclusão de maneira mais ampla e aprofundada da temática nos currículos de História é primordial. Para Sacristán (2013), o currículo escolar é o instrumento regulador das práticas e conteúdos escolares, logo pensar em uma educação mais inclusiva, necessariamente nos leva a refletir sobre uma produção curricular que torne isso possível.

Contudo, apesar da presença da temática nos currículos ser importante, não é o suficiente. Aliado a isso, é de fundamental importância a promoção da capacitação dos profissionais da educação e o fornecimento de suportes didáticos que possibilitem uma melhor compreensão das/os docentes e discentes.

Para mitigar uma problemática tão complexa, acreditamos que um dos caminhos é estabelecer uma relação dialógica entre a cultura escolar e a cultura histórica (SCHMIDT, 2012). Ou ainda, como afirmou Nadai, promover a “superação da dicotomia ensino e pesquisa”. (1993, p. 159)

Parece-nos que uma maior aproximação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar, como propõe o Profhistória, pode ser um caminho na busca de uma educação libertadora e emancipadora. As discussões acadêmicas a respeito de um ensino de História que considere novos olhares e novos saberes, precisam ultrapassar os muros da academia e chegar as salas de aula da Educação Básica. Nesta perspectiva, esperamos que nossa pesquisa, possa contribuir de alguma maneira, com a diminuição das desigualdades e com o

trabalho de professoras e professores, que acreditam na educação como meio de emancipação.⁴

Em nossas pesquisas a respeito dessa lacuna entre a produção acadêmica e o ensino de História, realizamos uma investigação no banco de dissertação do Profhistória, a fim de identificarmos quais abordaram gênero e história das mulheres, quais as principais questões e problematizações abordadas, os referenciais teóricos mais utilizados, bem como, os produtos criados e possíveis lacunas a serem desenvolvidas. Neste levantamento⁵, realizado entre 22/09/20 a 05/10/20, localizamos entre os anos de 2016 a 2020, apenas 14 de um total de 259 dissertações, que abordaram de alguma maneira a temática, ou seja, apenas 5,4 % das dissertações disponíveis no site.

Encontramos percentual semelhante ao levantarmos os artigos científicos publicados em dossiês científicos. Iniciamos a nossa coleta de dados⁶ no período de 07 a 10 de outubro de 2020, utilizamos como fontes de pesquisa cerca de 60 Dossiês de diversas revistas de História e Educação, entre 2006 e 2020.

Percebemos que nos trabalhos que abordam a temática, a constatação do silenciamento e da invisibilidade feminina na produção historiográfica, é recorrente entre as pesquisadoras e pesquisadores, acreditamos que este é um dos fatores que contribuem para a manutenção dos estereótipos e violências de gênero, visto que, permite a perpetuação da imagem, ou de uma identidade feminina como submissa, frágil, dependente do homem e de suas grandes realizações.

A identidade, enquanto estabilidade de agrupamentos categóricos, como “o homem”, “a mulher”, não é capaz de dar conta da vida de um sujeito, excluem, invisibilizam e engessam experiências, por meio das práticas sociais que incidem sobre eles (BUTLER, 2020). Neste sentido, esta pesquisa caminha com a finalidade de contribuir com o rompimento do apagamento histórico das mulheres, entendendo a construção e a percepção da identidade feminina como variável.

Desta forma, ao nos debruçarmos sobre a história de vida das mulheres e os feminismos, se faz necessário a compreensão do conceito de gênero, visto que, entendemos que o “ser

⁴ Adorno afirma que: “A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência.” (ADORNO, 1995, p. 183)

⁵ Os resultados deste levantamento apresentamos no artigo Questões de gênero no ensino de História: a experiência aplicada dos mestres do Profhistória (2016-2019), apresentado no XI Encontro Nacional: Perspectivas do Ensino de História, promovido pela ABEH. Disponível em: <https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=242>

⁶ Resultados apresentados no artigo Questões de gênero no ensino de História: apontamentos para caminhos e abordagens, apresentado VII Encontro Estadual de História da Anpuh/SE.

mulher” é uma construção social histórica. Este complexo conceito passa a ser incorporado nos estudos feministas, a partir do estabelecimento da terceira onda, levando ao entendimento que o objeto do feminismo a “mulher”, não se constitui de uma identidade e representação únicas, logo, se faz necessário destacar a existência de múltiplas mulheres e feminismos que as representem.

Encontramos nossa base teórica a esse respeito nos estudos de Joan Scott (1995) e Judith Butler (2020). A primeira autora entende o conceito de gênero como uma categoria de análise da História e como uma construção histórica que se aprende e se ensina, alvo de constante disputa ao longo do tempo, definindo os papéis a serem desempenhados pelo macho e pela fêmea. Já Judith Butler, busca uma subversão da identidade feminina, opõe-se firmemente ao essencialismo, que contribui para a manutenção dos estereótipos de gênero e posiciona-se dentro de uma perspectiva pós-estruturalista. Para Butler:

O gênero é uma construção que regularmente esconde sua gênese. O acordo tácito coletivo de performar, produzir e sustentar gêneros discretos e polares como ficções culturais é disfarçado pela credibilidade da própria produção. Os autores dos gêneros entram em um transe de suas próprias ficções, e por meio dele os processos de construção impulsionam a crença da sua necessidade e natureza. As possibilidades históricas materializadas por diferentes estilos corporais são nada mais que ficções culturais, reguladas por punições, alternadamente incorporadas e disfarçadas por coerção. (BUTLER, p. 217, 1998)

Butler defende que o gênero é um ato performático, inserido dentro de uma estrutura de poder, logo as transgressões aos padrões normativos do gênero são alvo de punições sociais. A autora defende a desconstrução da própria existência do gênero, que para ela é uma construção social para explicar o “outro”. Neste sentido, Scott afirma que a utilização do termo “gênero” apenas para designar o estudo de coisas relativas às mulheres, não tem grande utilidade, não questiona as estruturas. A autora defende que gênero é uma categoria de análise histórica:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, p. 54, 1986)

A análise dos conceitos de gênero, sugere a importância de aproximarmos estas questões da educação. A disciplina histórica exerce um papel fundamental nesta discussão, o machismo e a desigualdade de gênero são construções sociais, estão ligadas a relações de poder de longa duração; acreditamos que a educação é o principal meio de promoção da igualdade e emancipação, visto que, ela vai além de simplesmente transmissão de conhecimento, devendo atuar no mundo e modificá-lo.

Dessa forma, buscamos o entendimento de Jörn Russen (2010) e Paulo Freire (2020) no

que se refere ao processo de conscientização. Para Rüssen o conhecimento histórico deve servir para atuação na vida prática dos sujeitos, por meio da consciência histórica:

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo. (RÜSSEN, 2010, p.58)

Para Freire o desenvolvimento da consciência crítica, leva os indivíduos a se reconhecerem enquanto sujeitos históricos, formando a base para uma educação transgressora, que tenha como foco a transformação social.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, 2020, p. 53)

Nesta perspectiva, este trabalho pretende visibilizar a história de vida de mulheres sergipanas, mulheres vanguardistas em seus respectivos contextos históricos, relacionando suas trajetórias com a história do movimento feminista, identificando rupturas e pontos de convergência e observando a atuação e o impacto do patriarcado e outros fatores de opressão na vida dessas mulheres. O que almejamos é contribuir com a transformação social, por meio do processo de conscientização.

O patriarcado é visto aqui conforme a definição de Gerda Lerner: “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (LERNER, p. 290, 2019). A autora defende que a dominação da mulher pelo homem é um produto do desenvolvimento histórico, não é natural, nem biológica, portanto, não é imutável, que se inicia bem antes da antiguidade clássica e do estabelecimento da propriedade privada, mantendo-se na sociedade atual com variações e mudanças na sua função e estrutura.

Este sistema de dominação promove a opressão feminina e as desigualdades de gênero, baseado no princípio de que existem papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Nesse sentido, o movimento feminista busca a conscientização social para o rompimento desse sistema.

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas. (HOOKS, p. 23, 2018)

A análise de biografias nos traz um importante ponto de observação, visto que, torna-se

possível perceber, através das barreiras impostas e das lutas para superá-las, como o patriarcado impacta diretamente a vida das mulheres.

Na produção das biografias, utilizamos uma metodologia baseada nos estudos de Francois Dosse (2009) e naquilo que foi proposto por Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros Galvão em sua dissertação de mestrado *Biografia na sala de aula: a construção de saberes históricos a partir do trabalho com histórias de vida*. Ambos criticam a valorização das biografias dos grandes heróis pela História Tradicional, os formatos cronológicos e factuais de narrativa acerca de histórias de vida e defendem o perfil das biografias históricas atuais, que promovem a inserção da história de vida de múltiplos sujeitos, a valorização das singularidades dos indivíduos, a observação da heterogeneidade das mentalidades em variadas conjunturas sociais.

Em sua pesquisa, Galvão (2019) demonstra que a utilização das biografias dentro dessa nova roupagem, pode ser um importante instrumento didático-pedagógico do ensino de História, especialmente no que se refere aos personagens esquecidos pela historiografia oficial.

Desse modo, este trabalho busca ampliar a voz de grupos e personagens esquecidos e/ou silenciados, na contramão do apagamento, com o intuito de contribuir para uma educação transformadora.

Além desta introdução este trabalho conta com três capítulos, desenvolvidos da seguinte forma:

No primeiro intitulado *O ensino de História a partir de uma perspectiva feminista*, refletimos sobre o ensino de História a partir de uma pedagogia feminista, realizamos uma análise da invisibilidade feminina na historiografia e nos currículos escolares e apresentamos através da observação da história do movimento feminista, possibilidades para a utilização das biografias elaboradas nas aulas de História.

O segundo capítulo nomeado *O uso de biografias no ensino de História*, conta com o resgate da história da produção biográfica, suas mudanças ao longo do tempo e a verificação de seu uso no ensino de história; além disso, discutimos as biografias de Maria Rita Soares, Quintina Diniz e Beatriz Nascimento.

Por fim, o terceiro capítulo que tem como título: *A construção da cartilha Sergipanas: mulheres, biografias e feminismos*, traz uma breve descrição do produto e a cartilha produzida para utilização das/os docentes, com foco no 9º ano do Ensino Fundamental. A cartilha conta com apresentação, as três biografias adaptadas para o público discente e três sequência didáticas para uso docente.

CAPÍTULO 1- O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Neste capítulo inicial realizaremos um diálogo entre o Ensino de História e o movimento feminista. A fim de repensar as dinâmicas pedagógicas para valorizar a história das mulheres, suas lutas e conquistas, a partir da defesa de uma pedagogia feminista. Desta forma, buscamos pensar uma educação atenta as questões de gênero, mais inclusiva, igualitária e transgressora (HOOKS, 2013).

A pedagogia feminista defendida por bell hooks⁷ (2013), seria definida por meio da junção da educação como pratica para a liberdade, baseada nas ideias de Paulo Freire, com o pensamento feminista. Dentro desta perspectiva, falar sobre a história das mulheres ou feminismos nas aulas de História de maneira pontual, não é suficiente. Para a autora, se faz necessário um repensar das práticas pedagógicas: “Com isso, queremos pensar novas formas de construir a docência e suas práticas, a fim de nunca abandonar a convicção de que é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes.” (HOOKS, 2013, p. 31).

Corroborando com essa percepção, para Tomaz Tadeu Silva a pedagogia feminista representa uma mudança nas concepções educacionais:

A pedagogia feminista preocupou-se, sobretudo, em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudesse formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais, que eram consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais. (SILVA, 2010, p. 96).

A produção historiográfica e o ensino de História durante muito tempo, foram dominados por uma perspectiva masculina, a história era feita por homens e para homens. As universidades e escolas enquanto instituições inseridas em uma sociedade patriarcal, tendem a reproduzir suas diferenças, desigualdades e discriminações. Ao não questionar essa estrutura excludente, esses ambientes deixam de cumprir uma de suas principais funções: a elaboração e valorização do pensamento crítico. Portanto, é nesses espaços onde as construções sociais devem ser repensadas e contestadas.

No meio acadêmico as primeiras transformações dessa estrutura de pensamento ocorrem a partir do século XX, até então a História Positivista valorizava o factual, os “grandes acontecimentos”, o espaço público e o cenário político, estes negados às mulheres, na contramão desta concepção, a Escola dos Annales traz uma História das Mentalidades, atraindo os pesquisadores para o âmbito privado e para novos objetos de estudo. Desta forma, a chamada

⁷ Grafamos aqui o nome em letras minúsculas, por uma escolha da autora, que considera que o mais importante são suas ideias e não quem ela é. Nas citações grafamos em maiúsculo, para atender as normatizações da ABNT.

Nova História contribuiu para a descoberta e valorização de novos sujeitos históricos que estavam à margem da produção historiográfica, como negros, operários, os grupos LGBTQUIAPN+⁸ e as mulheres.

Com o advento do movimento feminista, houve um esforço crescente para estimular uma perspectiva feminina na produção histórica, buscando resgatar e valorizar a história das mulheres. As discussões sobre gênero, possibilitaram questionamentos sobre a sistemática exclusão das mulheres da produção historiográfica, provocada pelo patriarcado que impôs o silenciamento e a dominação masculina a partir de papéis de gênero excludentes (PERROT, 2007).

Como não poderia deixar de ser, uma vez que, o conhecimento escolar é construído baseado nos saberes validados pela historiografia, o impacto destas mudanças também chegou as escolas. Ao analisarmos o percurso do ensino de História no Brasil, desde os primórdios de sua implantação no Colégio Pedro II no século XIX, até os dias atuais, de maneira geral, percebemos muitos avanços. O rompimento, mesmo que ainda não por completo, com a História factual e narrativa, o aumento da preocupação das/dos docentes com o desenvolvimento do olhar crítico e menos com a memorização de datas e fatos, são mudanças notáveis.

Porém, apesar dos avanços, os embates e disputas que cercam a formação do currículo da disciplina histórica, estão longe de se encerrar, visto que este é um processo gradual inserido em uma estrutura de longa duração.

Neste contexto, a pedagogia feminista busca questionar e desconstruir os padrões estereotipados de gênero, que sustentaram a exclusão social das mulheres, através da promoção de uma maior representatividade feminina nos currículos escolares, buscando o combate às desigualdades de gênero e o empoderamento feminino.

Diante disso, buscamos neste capítulo pensar caminhos que nos aproximem de uma pedagogia feminista e transgressora (HOOKS, 2013), aproximando a análise do movimento feminista do ensino de História, a partir das histórias de vida de mulheres que lutaram e contribuíram para a conquista dos direitos femininos e para uma sociedade mais igualitária.

1.1 História das mulheres e Ensino de História

A concepção da História enquanto disciplina escolar, não ocorreu de maneira linear, a

⁸ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pan/Poli, Não-binárias + demais gêneros e orientações sexuais que não se enquadram no padrão.

sua consolidação foi marcada por entraves e rupturas ao longo do tempo. Ao analisarmos os autores⁹ que têm como objeto de pesquisa, a trajetória do Ensino de História, independentemente da periodização ou recorte que façam a respeito do tema, observamos que é consenso a ideia de que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o ensino de História passa por intensas e positivas modificações. No Brasil, não será diferente, haja vista a influência francesa da Escola dos Annales na historiografia mundial e o fim da ditadura getulista, que possibilitaram um ensino que fosse além do caráter nacionalista.

Maria Auxiliadora Schmidt, propõe uma periodização da história do ensino de história, a partir do conceito de código disciplinar¹⁰; a partir dos anos 30 do século XX, é o período de consolidação deste código no Brasil. Destacam-se nesta fase importantes reformas educacionais, a de Francisco Campos em 1931, que tornou obrigatório o ensino de História em todas as escolas do Brasil e buscava estabelecer uma maior relação entre passado e presente. A reforma Francisco Capanema de 1942, que defendia a autonomia do professor, tão ameaçada nos dias atuais e a reforma da Escola Secundária Brasileira de 1952, que com clara influência da Escola Nova, ressaltava a:

valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; desenvolver um ensino intuitivo e crítico; focalizar os indivíduos como expressões do meio social” e, principalmente, desenvolver os processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram ressaltados. (SCHMIDT, 2012, p. 81)

De acordo com as análises de Schmidt, é nítido neste período o início do rompimento das chamadas Teorias Tradicionais para as Teorias Críticas. Ao analisar este mesmo período, Circe Bittencourt, que faz suas análises a partir dos confrontos entre as humanidades clássicas e humanidades modernas e científicas¹¹, considera que após a Segunda Guerra Mundial, o currículo escolar na Europa passou por uma reformulação, a autora afirma que: “Os debates sobre o ensino de História realizados por historiadores ao findar da Segunda Guerra Mundial questionavam o sentido ou mesmo o significado da civilização europeia.” (BITTENCOURT, 2018, p.139). A autora ainda destaca que essas mudanças também podem ser observadas no Brasil, não só pela influência que a França exercia sobre os pensadores brasileiros, como

⁹ Aqui usamos: Bittencourt (2018), Nadai (1993) e Schmidt (2012)

¹⁰ A autora entende código disciplinar, a partir do conceito de Fernandez Cuesta (1998), como o processo de escolarização e formação da cultura escolar, através de textos visíveis e invisíveis. Ocorre por meio da transposição didática, ou seja, a transferência do conhecimento científico para o conhecimento escolar.

¹¹ A autora descreve o ensino de História nas humanidades clássicas, como aquele que foca suas análises na cultura greco-romana e no estudo das Escrituras Sagradas incertas e é voltado para a elite europeia. Enquanto que o ensino de História das humanidades modernas, buscou incorporar novos atores sociais e voltar a sua atenção para todas as classes e povos por meio de estudos científicos.

também pela criação do curso de História nos centros universitários.

No Brasil essas modificações e avanços no ensino, ocorridos a partir dos anos quarenta do século XX, logo sofreram retrocessos. Durante a ditadura militar, o ensino de História teve sua autonomia afetada, com a instituição do ensino dos Estudos Sociais para o curso primário e o cerceamento e redução da disciplina no ensino secundário, além da perseguição aos professores. Promovendo, aquilo que Schmidt nomeou de *Período de crise do código disciplinar*.

No nosso entendimento, as análises feitas pelos autores aqui utilizados, nos mostram que a crise instalada no ensino de História, ainda não foi totalmente superada, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Apesar da “crise da história historicista” (NADAI, 1993) os avanços na produção historiográfica e a crescente discussão acadêmica em torno de temas como feminismo, racismo e o combate a homofobia, tais temáticas ainda são vistas com preocupação por muitas/os docentes.

A pesar dos avanços na construção curricular e da implementação de leis como a 10.639/03 e 11.645/08¹², estamos ainda distantes de uma escola com amplitude democrática, que consiga abraçar questões de gênero, sexualidade e étnicas, para além daquilo que é obrigatório. Precisamos de docentes com uma abrangente visão antirracista e antimachista, para que estas questões permeiem toda a construção do conhecimento histórico, trazendo novos enfoques e olhares sobre os objetos de conhecimento.

Em nossa prática pedagógica o que percebemos, é que geralmente tais temáticas ficam restritas ao currículo oculto, ou ainda aos “textos invisíveis do código disciplinar, isto é, as práticas dos professores e dos alunos em aulas de História” (Schmidt, 2012, p. 78). Quando abordados são resultados da ação individual de um professor, ou utilizados apenas em datas comemorativas – como o mês da consciência negra, ou o dia internacional da mulher. Em suma, no que se refere as questões das mulheres é urgente uma pedagogia feminista.

A produção curricular não passou imune a esta trajetória, visto que ela está imbricada em uma relação de poder. Sua construção está fortemente relacionada aos interesses socioeconômicos vigentes da sociedade que a produz, logo o currículo não é, e nunca será neutro. A neutralidade era utopicamente desejada pelas Teorias Tradicionais do currículo, estas pretendiam normatizar a educação que passava por um processo de massificação, com a intensificação das migrações provocada pela industrialização. Desta forma, o objetivo era a

¹² Leis que tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira e História dos indígenas no currículo escolar com ênfase nas disciplinas de História, Arte e Literatura, objetivando a educação para as relações étnico-raciais;

padronização e a memorização dos conteúdos para manter a ordem de poder vigente, predominantemente branca e masculina.

Alertando para os perigos de uma suposta neutralidade frente ao mundo, Paulo Freire defende que a imparcialidade serve como manutenção dos sistemas de opressão, levando os oprimidos a não questionar sua condição.

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão comprometidos consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. (FREIRE, 2018, p. 23)

As questões de identidade e as contestações às Teorias Tradicionais do currículo, surgem a partir dos anos 60 do século XX, com as agitações e contestações sociais e políticas da época, surgem as chamadas Teorias Críticas, influenciadas pelas ideais marxistas. Os seus teóricos divergiam das Teorias Tradicionais, argumentando que nenhuma teoria ou produção de conhecimento é neutra, “o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (SILVA, 2010, p. 46).

Desta forma, discutem não somente o que ensinar, como também por que ensinar determinado conteúdo em detrimento a outro, observando sempre as relações de poder que existem nessas escolhas, especialmente, as relações de poder estabelecidas pela economia vigente e pela luta de classes. Ou seja, “A seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes” (SILVA, 2010, p. 46).

A inclusão da História das Mulheres nos currículos escolares se consolida a partir do estabelecimento das Teorias Pós-críticas, marco referencial deste trabalho. As Teorias Pós-críticas não anulam e nem recusam as análises das suas antecessoras, elas somam e abrangem suas análises. Enquanto que para os críticos o poder é o Estado capitalista, as desigualdades e opressões que ele gera, os pós-críticos analisam, além desta, outras formas de opressões existentes, os seus teóricos acreditam que o poder é multiforme, ele está em toda parte, nas relações de gênero, de raça e etnia, na sexualidade e também na produção de conhecimento e do currículo.

Os teóricos pós-críticos exploram além da análise econômica e política, uma análise do discurso e a construção de um currículo multicultural, que busque não somente acrescentar informações sobre cultura, gênero e identidade, mas que realmente questione o olhar estereotipado, colonial e eurocêntrico do currículo. No entanto, compreendemos que não podemos pretender libertar o currículo das relações de poder, o poder está em toda a parte,

atravessa nossas escolhas, ele não desaparece, apenas se transforma. Desta forma, ao acreditar em uma pedagogia feminista buscamos uma transformação nas relações de poder.

Como vimos, a consolidação da História enquanto disciplina escolar e a produção do currículo, tem sua trajetória marcada pelas disputas de poder e silenciamentos, impostos por aqueles que buscam a manutenção do poder e temem uma sociedade crítica e questionadora, silenciamento que afeta também as mulheres, as suas lutas e conquistas.

Michelle Perrot (1989) nos indica que o processo de silenciamento das mulheres na historiografia, em parte é decorrente das divisões do papel de gênero estabelecido pelo patriarcado. Esta divisão segregou as mulheres ao espaço privado da família e do lar. O espaço público era o ambiente masculino, onde as grandes decisões políticas eram tomadas e onde ocorriam os grandes acontecimentos sociais. Essa separação provocou uma ausência de fontes do ponto de vista da História Tradicional que baseava sua escrita apenas em documentos oficiais. A valorização dos eventos políticos e militares por esta vertente da historiografia, desprezou as mulheres comuns e não considerava como fonte diários, relatos, correspondências, autobiografias tão presentes no universo feminino.

Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores. O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. (PERROT, 1989 p. 10)

Entre os espaços públicos negados às mulheres, o mais significativo é a universidade, a negação da educação formal acentua o silenciamento feminino, as mudanças neste contexto, são gradativas e se iniciam a partir das reivindicações das mulheres da elite francesa no século XVIII (PERROT, 2007). Contudo, o ingresso maciço de mulheres nas universidades dar-se-ia somente em 1950. É necessário observar que, as primeiras representações femininas no meio científico são de mulheres das classes abastadas, permanecendo segregadas as mulheres de classe baixas. Processo semelhante ao francês ocorreu no Brasil, visto que o acesso à educação formal era majoritariamente das mulheres brancas e ricas, excluindo pobres, negras e indígenas que passam a ser subrepresentadas.

Em seu artigo *as mulheres na historiografia brasileira*, Margareth Rago nos esclarece que a partir da década de 1970, com as pressões do movimento feminista e com uma maior participação feminina no mercado de trabalho e nas universidades, estudos e pesquisas passam a se intensificar, marcando o início da produção da história das mulheres no Brasil.

A datar deste período, Rago destaca dois momentos desta produção intelectual:

inicialmente uma forte influência da História Social, tanto dentro do movimento feminista como também nas produções acadêmicas que se debruçavam sobre a história das mulheres e posteriormente a construção de um novo olhar a partir da perspectiva da História Cultural.

No primeiro período das produções historiográficas, com forte influência marxista, boa parte dos estudos se debruçaram sobre questões de classe, as opressões do capitalismo sobre as mulheres, condições de trabalho, desigualdade salarial e violência sexual. Para a autora, nesta fase surge uma nova perspectiva onde as mulheres comuns antes esquecidas pela historiografia, passam a ser vistas como objetos e sujeitos da História.

registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. (RAGO, 1995, p. 83)

É importante salientar que ao longo da década 1970 e da subsequente, há uma ampliação temática e produção de trabalhos ligados as mentalidades e a sexualidade, focando novas agentes históricas como prostitutas, crianças e negras.

Em um segundo momento, surge uma nova corrente teórico-metodológica denominada história cultural, produzida por teóricas ligadas ao pós-estruturalismo foucaultiano, buscando questionar e repensar a história social. Nesta nova vertente há uma crítica a universalização do conceito de mulher, uma maior preocupação com a formação das identidades a partir das determinações culturais e um aprofundamento nos estudos sobre gênero, com uma forte crítica ao binarismo e ao essencialismo biológico.

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com relações e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. (RAGO, 1995, p. 88)

Corroborando com o pensamento de Rago, sobre o percurso da historiografia das mulheres no Brasil neste período, Heloisa Buarque de Hollanda avança no marco temporal e traz uma perspectiva da produção historiográfica nos dias atuais, salientando a intensa produção e divulgação dos estudos feministas e o aprofundamento da temática por outras áreas do conhecimento. Para a autora vivemos um momento de redescoberta do feminismo, processo que foi:

Estimulado pelas novas formas do ativismo jovem na internet e nas ruas, esses estudos começam a voltar com força. Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos

universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivos das ciências sociais. (HOLLANDA, 2019 p.19)

É notável que atualmente, além de uma maior participação das mulheres na militância feminista, o crescimento na produção acadêmica vem acompanhado de novos olhares e discussões metodológicas, “Discute-se, de forma acirrada, teorias decoloniais, queer, a desconstrução da noção de gênero.” (HOLLANDA, 2019, p. 20).

Ao analisarmos as histórias de vida das nossas biografadas, encontramos os reflexos deste processo histórico que vai do silenciamento feminino na historiografia – e consequentemente no ensino de história - até o início da efervescência das produções acadêmicas e consolidação do movimento feminista nos anos de 1970.

Relacionando os estudos de Perrot a trajetória de vida de Quintina Diniz (1878-1942), percebemos uma constante exaltação a sua atuação como docente, enquanto que suas contribuições como parlamentar são relegadas a segundo plano. A docência era um dos poucos espaços públicos ao qual as mulheres tinham acesso. Até mesmo para ela, uma mulher branca, de família ilustre, educada “à francesa” em escolas de renome de Sergipe, o campo político era um espaço negado. Neste sentido, Quintina foi pioneira ao tornar-se a primeira mulher eleita em Sergipe em 1934.

Maria Rita Soares (1904-1998) nos indica as dificuldades de inserção de uma mulher negra, nos ambientes acadêmicos e intelectualizados nas primeiras décadas do século XX. De família humilde, foi a única mulher da sua turma da Faculdade de Direito da Bahia em 1923, na qual antes dela somente duas mulheres haviam se formado. Enfrentou perseguições políticas e dificuldades para conseguir se firmar como professora titular do Atheneu Sergipense, mesmo tendo sido aprovada em concurso. Além destas adversidades, pudemos observar uma diferença no tratamento da imprensa e seus pares ao se referir a Maria Rita em comparação a Quintina Diniz. Enquanto que esta era retratada como uma mulher humilde, educada, amorosa, sua contemporânea era vista como raivosa, rude e briguenta.

As análises feitas a partir da biografia de Beatriz Nascimento (1942-1995) nos leva para um outro lugar, inserida dentro do movimento negro e do meio acadêmico na década de 1970, período inicial e efervescente das produções historiográficas de mulheres e por mulheres, esta intelectual destaca-se por seu pioneirismo na defesa de um feminismo interseccional. Seus textos e pesquisas foram resgatados recentemente, após anos de relativo esquecimento. Perrot nos indica que o silenciamento feminino, é um dos desdobramentos do patriarcado, no caso de Beatriz vítima de feminicídio, as nuances desta sistemática tentativa de apagamento são ainda mais agravadas.

Estas questões relativas à história de vida das nossas biografadas, aqui rapidamente

analisadas serão aprofundadas mais a frente neste trabalho.

1.2: Feminismos suas ondas e o Ensino de História.

O feminismo apresenta uma peculiaridade complexa, além de ser um movimento social na busca por igualdade, ele também é uma abordagem teórica. Para bell hooks: “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão.” (HOOKS, p. 17, 2018). A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015), considera feminista qualquer um que enxergue os problemas de gênero e busque resolvê-los. É importante salientar que dentro dessa concepção, as autoras consideram que as opressões de gênero são perpassadas por questões de classe, raça e sexualidade. Assentimos que o feminismo deve ser uma prática teórica e política, que vise a emancipação de todas as mulheres e leve em consideração suas singularidades. O que demanda a existência de feminismos plurais.

A história do movimento feminista se funde e anda emparelhada com a produção da história das mulheres. Ao mesmo tempo em que as reivindicações do movimento enquanto militância, são levadas para a academia e embasadas teoricamente, a produção teórica de mulheres intelectuais influencia as reivindicações da militância. Por esta razão, uma das funções mais essenciais do feminismo, talvez seja a de oferecer as mulheres a noção do seu lugar na história.

A história das mulheres que participaram das lutas e conquistas do movimento feminista, exemplo das nossa biografadas, confunde-se com a história do próprio movimento. Abordar tais questões no ensino de História, permite desconstruir os estereótipos a respeito das mulheres feministas, descritas constantemente como raivosas, feias, que odeiam homens, como também possibilita a percepção de que as desigualdades de gênero não são naturais, mas sim uma construção social, visando beneficiar um determinado grupo, logo, tudo que é construído pode ser também destruído.

A história e as diversas vertentes teóricas do movimento feminista são extremamente abrangentes e extensas, não temos a pretensão de abordá-las por completo neste trabalho, seria irrealizável. Célia Regina Jardim Pinto afirmou que: “Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise.” (PINTO, p. 15, 2010). Desta forma, optamos por uma análise a partir da história do feminismo no Brasil, suas ondas e características gerais, especialmente a primeira e segunda onda, por se tratar do marco espacial e temporal das nossas biografadas. Acreditamos que uma abordagem a partir da perspectiva que escolhemos, permite uma melhor aplicabilidade para o

Ensino de História, bem como uma melhor compreensão das/os discentes.

Poucas características diferem a primeira onda do movimento feminista no Brasil do resto do ocidente, esta fase iniciada a partir das primeiras décadas do século XIX, de maneira geral possui características bastante homogêneas, aqui e em outros países o foco principal é a reivindicação pelo direito ao voto. O movimento sufragista, como ficou conhecido este primeiro momento, teve suas primeiras manifestações na Inglaterra e foi marcado por grandes protestos, até a conquista do voto neste país em 1918.

No Brasil a maior parte das sufragistas eram mulheres brancas, da elite e da classe média com acesso à educação formal. Contudo, à medida que estas ideias revolucionárias se espalhavam pelo país, mulheres de diversos meios sociais, ainda que em menor número, passam a integrar o movimento, trazendo com elas novas reivindicações, demandas e características peculiares diferentes da europeia. Sobre a primeira onda do feminismo no Brasil Pinto (2003), observou que:

Nesta fase identifiquei duas tendências: uma chamei de feminismo “bem-comportado” que tem como liderança Bertha Lutz e se constituiu um movimento bastante organizado. Uma segunda tendência abriga uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma mais radical frente ao que identificavam como dominação do homem. Neste grupo encontramos desde mulheres intelectualizadas que publicavam jornais até anarquistas e líderes operárias. Esta é a face “malcomportada do feminismo da época. (PINTO, 2003, p. 10)

A fase descrita como feminismo “bem-comportado”, comandado por Bertha Lutz, tem como característica a luta pelos direitos políticos da mulher, entretanto, sem questionar as relações de poder que levavam a essa ausência de direitos e a posição dos homens nesta relação. A segunda fase, que tem como principal voz a anarquista Maria Lacerda de Moura, que amplia suas pautas e traz questionamentos a respeito do acesso à educação, divórcio, a responsabilidade dos homens nos processos de opressão e a exploração do trabalho.

Apesar desta aparente amplitude de reivindicações, a primeira onda do movimento feminista no Brasil é profundamente marcada pela questão do sufrágio, direito conquistado pelas mulheres em 1932, após às pressões e articulações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, associação criada por Bertha Lutz que se espalhou por diversos estados do Brasil, a FBPF defendia suas ideias ostensivamente na imprensa, conquistou o apoio de importantes políticos como o deputado potiguar Juvenal Lamartine, que possibilitou que o Rio Grande do Norte¹³ fosse o primeiro estado a permitir o voto feminino, articulou a candidatura de aliados, promoveu protestos e abaixo-assinados com o apoio de mulheres de todo o país. A ramificação

¹³ No Rio Grande do Norte o então presidente do estado Juvenal Lamartine, articulou para a elaboração da lei que permitia o voto feminino, a partir das pressões da FBPF a lei foi sancionada, diversas mulheres recorreram à justiça local pelo direito ao voto obtendo parecer favorável em 25/11/1927.

da FBPF em Sergipe, foi comandada por Maria Rita Soares, que conduziu as articulações para a eleição de Quintina Diniz como deputada em 1934.

Após a conquista do direito ao voto, a FBPF e o próprio movimento feminista perdem força temporariamente, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Este período até o início da segunda onda do feminismo é marcado quase que por um lapso, tanto no que se refere ao movimento organizado, como também em sua produção teórica. Salvo algumas exceções, a exemplo da publicação da obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir em 1949, que promoveu uma revolução no pensamento ao afirmar que “não se nasce mulher, se torna mulher”. Podemos considerar que esta fase, que vai até a década de 1960, é marcada pela continuidade e fortalecimento do que Pinto nomeou como feminismo malcomportado, encabeçado pelo ideário anarquista e posteriormente comunista.

A chegada dos imigrantes europeus no início do século XX, introduziu as ideias anarquistas ao Brasil. Diferente das sufragistas, estas feministas posicionavam o homem como opressor, associando-o ao patrão que dentro do sistema capitalista, explorava as mulheres. Para elas a opressão feminina estava relacionada as questões de classe, não reconheciam uma intersecção e nem as especificidades entre os sistemas de dominação, ligadas as questões de raça ou a sexualidade, associadas a aspectos identitários da sociedade patriarcal.

Assim observamos que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, eram a pauta principal das feministas anarquistas. Para além da defesa desta pauta, a luta destas mulheres permitiu uma importante consolidação de pensamento: o poder dos homens estava diretamente ligado a opressão feminina, enfrentamento evitado pelas sufragistas. O desenvolvimento desta consciência possibilitou o fortalecimento do movimento na fase a seguir.

É na segunda onda que ocorre a consolidação do movimento feminista, nesta fase a trajetória do feminismo brasileiro possui características bem específicas. Na década de 1960, marco inicial desta fase, o Brasil vive um momento de perseguição política e forte repressão aos movimentos sociais, com o advento do golpe civil-militar de 1964. Enquanto isso, os Estados Unidos e a Europa viviam um período de grandes transformações sociais, motivadas por acontecimentos impactantes do período, entre eles: a Guerra do Vietnã, o surgimento do movimento hippie e a criação da pílula anticoncepcional que impulsionaram questionamentos ao conservadorismo, ao imperialismo e aos valores da sociedade de consumo. Salientar estas diferenças se faz necessário para compreendermos as particularidades da luta por direitos no Brasil. Observando esta realidade Heloisa Buarque de Hollanda afirmou que:

Enquanto o feminismo daquela hora na Europa e nos Estados Unidos se alimentava das utopias e dos sonhos de liberdade e transformação da década de 1960, no Brasil a esquerda, incluindo-se aí as mulheres militantes, se manifestava numa frente ampla

de oposição ao regime. (HOLLANDA, p. 11 2019)

Nancy Fraser em seu trabalho intitulado *Feminismo, capitalismo e a astúcia da história*, traça um paralelo entre a segunda onda do movimento feminista e a história do capitalismo, para ela a trajetória desta fase do movimento influenciou e foi influenciada pela consolidação do capitalismo e pela passagem para o neoliberalismo.

o verdadeiramente novo na segunda onda foi o entrelaçamento, na crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, de três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: a econômica, a cultural e a política. Sujeitando o capitalismo organizado pelo Estado a um exame multifacetado e abrangente, no qual essas três perspectivas se misturam livremente, as feministas geraram uma crítica simultaneamente ramificada e sistemática. (FRASER, p. 27, 2009)

Enquanto que no cenário internacional as teorias feministas avançam, no Brasil o foco tornou-se o combate à ditadura. Apesar de o contexto histórico não ter impedido o desenvolvimento do novo feminismo brasileiro, ele tornou o seu percurso peculiar. O envolvimento de grande parte da militância feminista na luta pela democracia estabeleceu um paradoxo: Os partidos de esquerda que buscavam a liberdade política, tinham restrições ao movimento feminista, considerava-o uma distração no enfrentamento a ditadura, surgiu assim uma hierarquização das lutas contra a opressão e a feminina era considerada menos importante.

Além desse, um outro impasse se apresentou, a Igreja Católica Progressista, grande aliada do Partido Comunista no enfrentamento a ditadura, era contrária a pautas importantes do movimento feminista como o aborto e a sexualidade.

Neste ínterim, no contexto internacional vigorava uma efervescência no campo das ideias, os grupos de pesquisa sobre a mulher cresciam nas universidades, eram os chamados *Women's Studies*, datam deste período as primeiras discussões e significantes produções teóricas a respeito da identidade, gênero, raça e liberdade sexual. Muitas brasileiras exiladas pela ditadura, especialmente após o estabelecimento do AI5, entram em contato com estes estudos e trazem estas discussões após retornarem ao Brasil. Com o acesso a este ideário, a partir de meados da década de 1970, diversos grupos de reflexão passaram a se formar, ampliando as discussões teóricas no país.

Para Pinto (2003), o ano de 1975 é o marco inicial do feminismo brasileiro, a autora atribui isto a dois motivos: uma relativa abertura política do governo Geisel e a decisão da ONU de estabelecer o Ano Internacional da Mulher. As conferências e eventos realizadas em diversas partes do mundo, por uma organização reconhecida e respeitada internacionalmente, colocou as pautas feministas em âmbito público, para além dos restritos grupos de intelectuais. Holanda (2009), pontua ainda a importância da criação da Fundação Carlos Chagas em 1974, para a consolidação do movimento e o crescimento dos estudos feministas, seu apoio promoveu e

patrocinou durante mais de 20 anos, projetos e pesquisas em várias áreas do conhecimento.

A partir do processo de redemocratização do Brasil, com o fim da ditadura militar, as questões de gênero passam a se aprofundar no Brasil e o movimento ganha uma nova dimensão. No campo político a década de 1980 é fortemente marcada pelo pluripartidarismo e entre as feministas dois partidos se destacam o PMDB e o PT. Na eleição de 1986, vinte e seis mulheres conquistaram cadeiras na câmara de deputados, este quantitativo representa apenas 5,7% dos eleitos, contudo, a entrada desse pequeno número de mulheres, permitiu importantes conquistas de direitos estabelecidos na constituição de 1988 e possibilitou discussões em plenário a respeito do aborto, saúde e violência contra mulher. O aclamado artigo 5º da constituição garantiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres, ainda que na prática estejamos ainda hoje longe dessa realidade:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988)

A carta magna também garantiu importantes pautas reivindicadas pelos coletivos femininos como: a licença maternidade, direito a propriedade e a aposentadoria para as trabalhadoras do lar. Entretanto, antigas reivindicações como a questão do aborto foram deixadas de fora, sendo ainda hoje um tema cercado de tabus e embates.

Não podemos deixar de salientar a abrangente produção intelectual do período, apesar de vasta tanto no que se refere a aspectos quantitativos, como também a um amplo campo de pesquisa, em nossa concepção, duas linhas teóricas se destacam: Os estudos de Angela Davis, Audre Lorde, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento que evidenciaram a interseccionalidade e a importância de um feminismo que considere as questões de raça e classe, formando a base para o feminismo negro e os questionamentos aos papéis e estereótipos de gênero, influenciada especialmente pelos estudos de Simone Beauvoir, Betty Friedan e Heleieth Saffioti.

A terceira onda a partir de 1990 é marcada pelo aprofundamento e ampliação do pensamento feminista, ocorre nesta fase uma explosão na produção teórica, com diferentes correntes de pensamento levando a compreensão da existência não de um feminismo, mas sim de feminismos plurais. Concomitantemente a militância se expande, a luta pela igualdade de gênero deixa de ser restrita a grupos intelectualizados e passa a ser debatida em todos os meios sociais. Ocorre uma influência mútua entre a teoria e a militância, possibilitada grande parte pela relativa tranquilidade após o processo de redemocratização e a conquista dos direitos constitucionais.

O conceito de gênero agora reconstruído, passa a ser abordado como uma construção social permeado por relações de poder, a partir das percepções pós-estruturalista influenciadas pela psicanálise e escritos de Foucault. Isso permite questionar não somente os papéis desempenhados por homens e mulheres dentro da sociedade, mas também a ideia de que é o sexo biológico que determina a sexualidade e o gênero humano. Desta forma, dentro de uma sociedade patriarcal há um padrão heteronormativo e androcêntrico que oprime mulheres e a população LGBTQIAPN+.

A terceira e a possível quarta onda¹⁴ do feminismo é fortemente marcada pelas pautas identitárias, a ampliação dos estudos permitiu a inclusão das reivindicações de uma diversidade de mulheres, difundindo e consolidando os feminismos: transfeminismo, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo interseccional, feminismo decolonial, dentre outros.

Inferimos que a existência desses feminismos é de fundamental importância, para refutar qualquer hierarquia de opressão nas pautas reivindicadas pela diversidade de mulheres, sejam estas questões de raça, classe ou sexualidade, torna-se assim necessário o reconhecimento de suas alteridades.

1.3 A aplicabilidade da biografia de mulheres feministas no Ensino de História

Enquanto sujeitos históricos inseridos no atual contexto do movimento feminista, nossas/os discentes não estão alheias/os a estas discussões, muito menos imunes às desigualdades e violência de gênero ainda tão presentes na sociedade atual. Diante do que foi exposto neste capítulo, entendemos que um ensino de história comprometido com o combate dessas chagas e com empoderamento feminino se faz urgente.

Buscando oferecer para as/os docentes, possíveis caminhos de abordagem das temáticas feminismos e história da mulher, desenvolvemos este trabalho tendo como público-alvo alunas e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, ressaltamos novamente que a escolha deste segmento se deve ao fato de suas Unidades Temáticas nos fornecerem uma maior possibilidade de abordagem. Contudo, de forma alguma deve ser limitada, o comprometimento com estas questões deve permear as práticas pedagógicas independentes do público ou objetos do conhecimento.

A Base Nacional Curricular (BNCC), traz como uma de suas unidades temáticas para o

¹⁴Algumas teóricas feministas defendem que entramos na quarta onda feminista, marcada pelos estudos decoloniais, pelas teorias queer e pelo ativismo fortemente difundido através das redes sociais.

9º ano, “*O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX*”, um dos objetos de conhecimento desta unidade é o anarquismo e protagonismo feminino, que tem como habilidades a serem desenvolvidas:

- (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (BRASIL, 2018)
- (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. (BRASIL, 2018)

Uma outra possibilidade se apresenta na Unidade Temática, “*Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946*”, que traz como habilidade:

- (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (BRASIL, 2018)

A versão para planilha¹⁵ da BNCC, traz um material suplementar para o redator de currículo, com o seguinte comentário, como sugestão para a elaboração do currículo:

“Há oportunidade de pesquisar a biografia de mulheres, anarquistas ou não, mas pioneiras em diversos campos: pelo direito ao voto, pelo acesso ao ensino superior, pela afirmação nas artes, música, literatura, teatro, cinema, em cargos executivos e na conquista do poder político. Pode-se ainda, propor ao aluno investigar, na comunidade ou região, exemplos de mulheres pioneiras ou transgressoras de barreiras sociais impostas pelas tradições e pelas leis” (BRASIL, 2018)

É justamente dentro desta perspectiva que se encaixa nosso trabalho, permitir que os alunos e alunas conheçam mulheres sergipanas pioneiras e transgressoras, para que assim possam compreender que os direitos que usufruímos hoje, são o resultado de uma luta histórica, que se estende até os dias atuais, das quais eles enquanto sujeitos históricos participam direta ou indiretamente, a partir dos modos de agir e pensar em suas vidas práticas. Além disso, almejamos que o fato de abordarmos mulheres sergipanas possa contribuir com uma maior identificação dos alunos e alunas, por se tratarem de mulheres de sua própria região.

Como pudemos observar, apesar das críticas que diversos profissionais e estudiosos e instituições ligadas a educação, tecem a respeito do texto final da BNCC, críticas essas que consideramos válidas, é possível alcançar os nossos objetivos e abordar a temática gênero e História das mulheres, tendo o principal documento regulador da educação em nosso país como suporte legal, a fim de que possamos trabalhar com tranquilidade a temática em nossas aulas.

¹⁵ Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 01/06/2023.

Ademais, ressaltamos que, os docentes são livres para pautar questões que vão de encontro a constituição e aos direitos humanos em suas aulas, como as violências e desigualdades de gênero. Logo, independentemente das habilidades definidas pela BNCC, tais questões devem se fazer presentes no cotidiano escolar.

As biografias de Quintina Diniz e Maria Rita Soares nos permite desenvolver as habilidades EF09HI08 e EF09HI09, estas mulheres militantes e pioneiras, inseridas dentro da primeira onda do feminismo, lutaram ativamente pelo direito ao voto e acesso à educação e têm suas histórias fortemente marcadas pelo contexto social do período.

Por outro lado, a biografia de Beatriz Nascimento nos permite o desenvolvimento da habilidade EF09HI26, através da sua trajetória e mentalidade transgressora, podemos observar suas lutas enquanto mulher, negra, feminista, nordestina, intelectual e militante do movimento negro, enfrentou em um período extremamente repressor no Brasil.

Desta forma, esperamos que este trabalho nos permita contar quem são essas mulheres, suas lutas e conquistas pelos direitos femininos, através do movimento feminista, a fim de desenvolver a consciência histórica em nossas alunas e alunos, em busca de um mundo onde o gênero não mais nos imponha tantas limitações.

CAPÍTULO 2- O USO DE BIOGRAFIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Neste segundo capítulo faremos uma retrospectiva da história da produção biográfica, analisando de que maneira as biografias podem ser utilizadas como recurso didático-metodológico no Ensino de História, acreditamos que seu uso pode ser bastante profícuo, especialmente no que se refere a história das mulheres. Descreveremos também, a trajetória de vida de Maria Rita Soares, Quintina Diniz e Beatriz Nascimento, observando a relação dessas mulheres com o contexto histórico em que estavam inseridas, buscando uma intersecção entre o singular e o coletivo. Esta é uma tarefa que requer cuidados, se faz necessário destacar que:

Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. O que importa é desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas. (PRIORE, 2001. p.47.)

Desta forma, o nosso objetivo não é julgar as ações dessas mulheres, mas sim construir uma narrativa que possibilite o ensino de História, a partir da perspectiva feminina, demonstrando a participação dessas mulheres enquanto agentes e objetos da história, na luta contra a opressão patriarcal pela conquista de direitos. Nesse sentido, a utilização de biografias caminha na contramão do apagamento, pois, traz visibilidade a grupos e personagens silenciados pela historiografia tradicional.

A construção das biografias utilizadas neste trabalho, se deu a partir dos paradigmas da História Cultural, que defende um novo olhar do uso das biografias como suportes teórico-metodológicos no ensino de História, buscando valorizar novos sujeitos, “pessoas comuns”, ao invés dos grandes personagens e “grandes homens”.

Dentro desta concepção, os artigos¹⁶ *Vidas ressignificadas pela educação: práticas feministas para um mundo justo* de Michelle dos Santos e Larissa Silva Nascimento e *História das mulheres e história pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado* de Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Livia Nascimento Monteiro, publicados no dossiê *Ensino de História, História das mulheres e desigualdades sociais no Brasil*, na revista eletrônica *História em Reflexão* (2020), nos indicaram um importante caminho, à medida em que buscaram construir narrativas históricas a partir das histórias de vida de mulheres comuns, mulheres em sua grande maioria negras, periféricas e que protagonizaram movimentos de luta dentro de suas

¹⁶ Disponíveis em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/394>

comunidades.

Não obstante, a história da produção biográfica acompanhou os processos, rupturas e disputas das correntes teóricas desenvolvidas ao longo do tempo. O artigo *Biografia e biografados: Uma janela para história* (2010) de Mary Del Priore, elucida esta trajetória da produção biográfica. A autora indica que até a metade do século XX, a produção de biografias era vista com desconfiança pelos historiadores, pois, a associavam História Tradicional que vigorou no século XIX e valorizava apenas os grandes heróis, os formatos cronológicos e factuais de narrativa acerca de histórias de vida.

No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares, etc. Esta concepção foi retomada pela corrente positivista. A biografia assimilou-se a exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. (PRIORE, 2010, p. 182)

A partir do estabelecimento da Escola dos Annales, o factual, a exaltação de grandes personagens e feitos políticos e militares, passam a ser minimizados pelos historiadores e junto com eles as biografias. O olhar dos pesquisadores se voltou para o coletivo, para as estruturas sociais e as biografias produzidas buscando a exaltação de indivíduos, desassociando-o do contexto o qual está inserido, não se afina com esta nova visão da produção historiográfica.

Somente a partir da década de 1970, há um resgate na produção biográfica, influenciados pelas novas perspectivas da História Cultural, os historiadores voltam seus interesses para o cotidiano, o privado, a formação das mentalidades partindo do micro, a “história vista de baixo”. Após o estabelecimento da Nova História, diferentes sujeitos históricos, antes marginalizados, passam a ser vistos como objetos de estudo: operários, mulheres, negros, prostitutas; esta mudança de paradigma permitiu a volta das biografias para o centro do palco.

Contudo, há uma reformulação, as trajetórias de vida deixam de ser utilizadas de maneira desconexa e passam a servir como base para as análises conjunturais de uma determinada sociedade. A reestruturação desta concepção, em grande parte se deve a Jacques Le Goff, defensor da reinvenção das biografias, a partir das metodologias historiográficas da história-problema, a este respeito Priore conclui que:

A biografia desfez também a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. (PRIORE, 2010, p. 187)

Corroborando com esse pensamento, Francois Dosse em *O desafio biográfico* (2009),

critica esta rejeição dos historiadores da Nova História às biografias e defende a importância da sua reformulação, ele estabelece três marcos temporais na produção biográfica:

A primeira fase vai da antiguidade clássica até a modernidade, vigora neste período a história de vida dos heróis, deuses, santos, “vidas exemplares”, retratando modelos a serem seguidos pela sociedade. A biografia neste período é vista com desconfiança pelos historiadores que a consideram um gênero impuro.

A segunda fase se inicia a partir do século XX, até a década de 1970, neste período havia uma forte valorização das análises das estruturas, muito influenciado pelos estudos de Fernand Braudel, sendo assim, a observação dos indivíduos ficou relegada a segundo plano, seus teóricos defendiam que as trajetórias de vida só forneciam visões particulares e restritas e por isso, não serviam como categoria de análise. Dosse, apresenta fortes críticas a este período, pois considera que o foco nas estruturas, é generalizante.

O rompimento com essas generalizações ocorre a partir de 1980, Dosse nomeia esta terceira fase de idade hermenêutica, quando o olhar se volta para as singularidades dos indivíduos e para heterogeneidade das mentalidades. É o retorno dos sujeitos (DOSSE, 2009), o rompimento com as biografias heroicas e também com as histórias totalizantes das fases anteriores, promovendo uma ampla aceitação deste gênero não somente entre o público leitor, mas também entre os historiadores, que se estende até os dias atuais.

É dentro dessa nova perspectiva de produção biográfica que pretendemos desenvolver nosso trabalho, partindo do individual para coletivo, buscando analisar as singularidades dos sujeitos e suas trajetórias de vida como produto e produtor da sociedade em que vive. Nossa ideia de que as biografias

Corroboramos com as reflexões feitas por Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros Galvão em sua dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História *Biografia na sala de aula: a construção de saberes históricos a partir do trabalho com histórias de vida*, o autor defende que as mudanças ocorridas na produção de biografias, são significativas e reconquistaram o seu lugar entre os historiadores, sendo assim, se faz necessário o resgate da utilização deste recurso metodológico nas salas de aula.

Atualmente, porém, a biografia voltou à cena nas ciências humanas dentro de novos aportes teórico-metodológicos, em que novos sujeitos ganham espaço. Ao invés das biografias que supervalorizam indivíduos excepcionais, no sentido de “grandes personagens”, temos uma produção cada vez mais próxima da análise das articulações entre as trajetórias individuais e os contextos em uma via de mão dupla, onde os personagens biografados não são necessariamente os “grandes homens”, mas também as ‘pessoas comuns’ (GALVÃO, 2019, p. 16)

Destarte, concluímos que, nos dias atuais a utilização de biografias pode oferecer uma grande contribuição para o ensino de História, especialmente no que se refere, a valorização da história de mulheres, visando promover empoderamento. Usamos aqui a palavra valorização não no sentido de exaltação, mas sim, como reconhecimento da sua importância para a construção histórica. Acreditamos que quando lançamos luz sob as “pessoas comuns”, despertamos nas/os discentes um sentimento de identificação, elas/eles passam a se reconhecer no outro e a compreender que também são agentes da história, promovendo a consciência histórica.

Além disso, a produção de biografias sempre despertou o interesse do público. O que percebemos em nossa prática docente é que com os alunos não é diferente. A curiosidade pelos “bastidores da história” e o estilo narrativo muitas vezes em formato literário, torna a leitura agradável, consequentemente promove uma melhor aprendizagem e difusão de conhecimento. Nas palavras de Dosse “Esse gênero, por outro lado, é bem ao gosto de um público popular que nele encontra uma oportunidade para sonhar e não tem a mínima intenção de sobrecarregar-se de referências pesadas” (DOSSE, 2009 p. 60). Afinal, a quem serve uma História que fica restrita a linguagem acadêmica?

2.1 A produção das biografias

A construção de biografias, não é uma tarefa fácil, desde o início da nossa produção alguns entraves se apresentaram. Pesava sobre nós a tarefa de honrar a história dessas mulheres, contudo, os desenganos e admirações que se apresentavam, à medida em que suas vidas eram reveladas, tornava mais difícil manutenção de uma relativa parcialidade desejada nos trabalhos acadêmicos. As personagens biografadas são o que são e não aquilo que o biógrafo deseja que elas fossem. Além disso, um trabalho que tem como principal objetivo a produção de um recurso didático para docentes, tem suas limitações de extensão espacial. Desta forma, diante de vidas tão complexas o que deveríamos abordar para atingir o nosso objetivo? Esta seleção não é neutra, ela é cercada de intencionalidades para atingir um determinado fim. Estas escolhas foram feitas na maioria das vezes, buscando destacar o rompimento das barreiras impostas pela sociedade às mulheres e a luta contra a opressão que sofriam.

Para traçar a trajetória de vida das mulheres aqui abordadas, utilizamos como fontes principais: a tese de Doutorado em Educação da professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, intitulada *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX* e a

obra *A Mulher na História* da professora sergipana Maria Lígia Madureira Pina, no que se refere as biografias de Quintina Diniz e Maria Rita Soares; para contar a trajetória de Beatriz Nascimento, os livros *Eu sou Atlântica* do professor Alex Ratts e *Uma história feita por mãos negras*, organizado pelo mesmo autor contendo os escritos da biografada.

Na produção das biografias que foram inseridas no produto deste trabalho, optamos por uma linguagem simples em formato de narrativa, buscando preencher lacunas e fugir das biografias tradicionais, baseadas na coleta e fornecimento de dados de maneira cronológica e pouco envolvente. Mesclamos em alguns momentos nossa produção textual com as falas das personagens e buscamos preencher as lacunas a partir da interpretação daquilo que foi expressado ou não pelas personagens, tentando compreender suas personalidades. Afinal, “O gênero biográfico é uma mescla de erudição, criatividade literária e intuição psicológica” (DOSSE, 2009, p. 60)

Na descrição das trajetórias de vida feitas aqui no corpo do texto, nos permitimos uma análise mais detalhada e complexa, buscando uma maior contextualização para fins acadêmicos e para que a/o docente possa encontrar informações que deseje aprofundar ou que não tenham sido abordadas no produto. Reiteramos que diante da complexidade e gama de informações referentes a vida dessas mulheres, concentramos nosso foco em suas relações com os movimentos sociais e suas interações com os espaços públicos, desta forma aspectos mais detalhados da infância, das relações afetivas e familiares não foram amplamente abordados.

2.2 Maria Rita Soares de Andrade: A feminista vanguardeira (1904-1998)

Maria Rita Soares nasceu em Aracaju, em abril de 1904, professora, advogada, mulher negra de família humilde que conquistou ascensão social a partir do seu trabalho. Seus pais José Soares de Andrade e Filomena Soares de Andrade eram operários. Teve três irmãos Fausto Soares de Andrade, Aristides Soares de Andrade e José Batista Soares de Andrade. Maria Rita, assim como os seus irmãos, concluiu seus estudos em escolas públicas. Coursou o ensino primário no grupo escolar General Siqueira de Menezes e o secundário no Atheneu Sergipense¹⁷. Em 1923 ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, formando-se em 1926, foi a terceira mulher a concluir o curso e era a única da sua turma.

¹⁷ O colégio Atheneu Sergipense, criado em 1870, foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário de Sergipe, funcionou unicamente como estabelecimento masculino até metade da primeira década do século XX (FREITAS, 2003). Como já discutido anteriormente, a exclusão das mulheres dos espaços públicos e da educação formal, provocou o apagamento historiográfico feminino. Nesse sentido, Maria Rita Soares é uma das pioneiras ao penetrar em diversos espaços sociais negados às mulheres historicamente.



Imagem 1: Maria Rita Soares (1931). Fonte: Freitas (2003) p. 92

Para custear o pensionato e os custos da faculdade, lecionou no Colégio Soteropole e antes mesmo de formada iniciou suas atividades como advogada, em Sergipe trabalhou para renomados profissionais na Bahia e em Sergipe, o que garantiu sua inserção no meio e o acúmulo de experiência.

Após formar-se conciliou as atividades como advogada e a docência, prestou concurso para ocupar uma cadeira no Atheneu Sergipense, sendo aprovada com a tese *A mulher na literatura*, o que nos mostra sua preocupação em valorizar a produção intelectual e artística das mulheres. Apesar de aprovada em 1929, só conseguiu tomar posse em 1931, após a interferência do interventor Augusto Maynard ¹⁸e uma longa disputa com a direção da instituição, onde processou e foi processada pelo diretor Leonardo Diniz de Faro Dantas.

A batalhas judiciais iniciaram após as diversas tentativas de Maria Rita para tomar posse

¹⁸ Augusto Maynard destacou-se como um dos principais líderes da Revolta Tenentista em Sergipe. Em 1930 foi nomeado por Getúlio Vargas interventor do estado de Sergipe ocupando o cargo até 1935. (MAYNARD, 2008)

como professora de Literatura e Línguas Latinas, visto que havia sido aprovada no concurso em que foi a única inscrita com média 8,6. Sem obter êxito, publicou um artigo em 19 de novembro de 1930, intitulado *Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II*. Neste artigo Maria Rita não mede palavras ao tecer críticas à direção do colégio.

Ora o Dr. Leandro Diniz é uma mentalidade perfeita de ‘político’ conservador, amoldável, acomodaticio às situações dominantes contanto que não lhe privem da gratificação da Directoria do Atheneu, que ele exerce só para efeito de vantagem material, porque, na realidade, o Atheneu vive acéfalo, sem direcção, sem disciplina, sem ordem (...). Só agora, vae o governo saber; que o Dr. Leandro Diniz é um relapso no exercício do cargo (...); que é um faltoso (...); que é um politiqueiro oportunista (...); que é um algoz de seus colegas porque persegue e desprestigia os professores mais respeitáveis do estabelecimento; (...) que é um déspota, porque não cumpre com as decisões da Congregação (...); que é um injusto (...); que é um arbitrário (...); que é um insincero, um desleal (...). só agora o governo saberá da anarchia na direcção do nosso estabelecimento de instrucção secundaria, e saberá com a minha responsabilidade, que me comprometo a provar todas as acusações (...). É assim que todo revolucionário consciente deve proceder. Apontar ao governo os maus elementos demonstrando poque eles são maus. Só assim contribuímos para a obra de reconstrução, de soerguimento nacional que ora se inicia¹⁹. (apud FREITAS, 2003, p. 157)

O trecho do artigo acima, bem como outros analisados, nos mostra a personalidade assertiva e firme de Maria Rita, que posicionava de maneira incisiva suas convicções, não hesitava em expor publicamente sua opinião política e sua defesa pelos direitos da mulher, em um período onde o que se esperava das mulheres era a subserviência. Esta ousadia não passou impune, o que se segue é uma sequência de ataques na imprensa sergipana à sua condição de mulher, questionando sua competência como advogada e intelectual, ataques estes incansavelmente respondidos por Maria Rita que não recuou. No dia 20 de novembro, também no jornal *A Ordem*, um leitor anônimo, publicou:

A impressão deixada pela leitura da apaixonada verrina escripta por D. Maria Ritta contra o Director de Atheneu Pedro II é de lastima e de pasmo. É de feito mais para ter-se pena dela acusadora, sem compostura e medida, que delle acusado, sem justiça e sem critério. Que juízo faz D. Maria Ritta dos homens da revolução? (...) Assistimos ao concurso que fez D. Maria Ritta perante a douda congregação do Atheneu. Lá fomos movidos pela natural curiosidade de ouvirmos a defesa de these e a dissertação de literatura feita pela jovem aspirante a uma cathedra em tão respeitável instituição. E, infelizmente de lá trouxemos uma deplorável impressão do pouco que revelou saber a jovem bacharela nos domínios da literatura pátria e universal. Revelou manifesta inaptidão para as dissertações oraes. Faltava-lhe o methodo, a clareza, a precisão no expor as ideás sem a graça da boa dicção, tão comum à condição do sexo fraco. (...) é uma obra medíocre. (...) A despeito de todas essas demonstrações praticas de não estar a candidata em condições de ensinar a cadeira na livre docência, a congregação, impelida talvez pelas considerações sentimentais de ser uma jovem, a primeira que se apresentava candidata ao titulo da livre docência áquelle estabelecimento, aprovou-a com grão excessivamente baixo. Ella punha simplesmente o intuito na gratificação pecuniária, sem outras considerações que impõem naturalmente o respeito e o sentimento especial da sua condição de moça educada. (...) É essa a história contada

¹⁹ ANDRADE, Maria Rita Soares de. *Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II*. In: *Jornal “A Ordem*. Aracaju, 19 de novembro de 1930. Ano I. n. 1. P.3 (Apud, Freitas, 2003, p. 157)

por um observador imparcial dos factos, provocados pela desenvoltura duma pobre moça, em quem só avulta o título de bacharela em sciencias jurídicas e sociaes e cujos modos afenosos, irrequieten, impertinentes, já despertaram no senso crítico do povo a ridícula autonomasia de Ritta Cacete²⁰. (APUD, FREITAS, 2003, p. 158)

O artigo provocou a indignação de Maria Rita, que em um longo artigo respondeu as acusações, chamando seu autor de covarde por não ter revelado a sua identidade²¹ e demonstrando a impossibilidade da sua presença na defesa de sua tese, desafiou-o a provar as acusações que fazia e ratificou suas denúncias contra o diretor do Colégio Atheneu.

A análise da publicação anônima nos oferece um panorama do que se esperava do comportamento de uma mulher da década de 1930: o recato, a fragilidade, a quietude. A forma desdenhosa com que o autor se refere a tese de Maria Rita, mostra a invalidação da produção intelectual feminina, visto que sua tese abordava as mulheres na literatura, a temática não foi considerada digna da literatura mundial, era uma “obra medíocre”. O fato de questionar e enfrentar um homem publicamente logo provocou manifestações de apoio ao diretor Leandro Diniz e de repúdio a Maria Rita que passa a ser mencionada como alguém raivosa, impertinente e gananciosa.

Ainda em apoio ao diretor do Atheneu Sergipense, o professor Franco Freire em 25 de novembro, publicou um artigo assombrosamente intitulado *A mulher do piolho*, semelhante ao transcrito anteriormente repleto de estereótipos de gênero, indicava qual o comportamento desejado para uma mulher, com fortes críticas a Maria Rita, que na opinião dele precisava encontrar a sua “natureza feminina”. Em um dos trechos ele diz: “Convença-se, de que a mulher foi feita para perdoar, e não para ofender; para amar, e nunca para os arrancos grotescos do ódio. Amanse seu estylo de potro chucro e fará, na certa, as delícias das intelligencias superiores²².” (Apud, FREITAS, 2003 p. 160)

Ela não se convenceu, continuou a publicar artigos diariamente até dezembro de 1930, após intensa batalha judicial a acusação de injúria feita por ela contra o professor Franco Freire e Leandro Diniz foram arquivadas, já as movidas contra ela transformaram-se em um processo criminal do qual foi absolvida em fevereiro de 1931, em seguida foi nomeada professora de literatura pelo interventor Augusto Maynard.

²⁰ Lamentável atitude. In: jornal “A Ordem”. Aracaju, 20 de novembro de 1930. Ano I, n. 2. P. 3

²¹ Com o decorrer do processo o professor Franco Freire assumiu a autoria do artigo.

²² Freire, Franco. A mulher do piolho. Jornal “A Ordem” 25 de novembro de 1930. N. 6 p.2

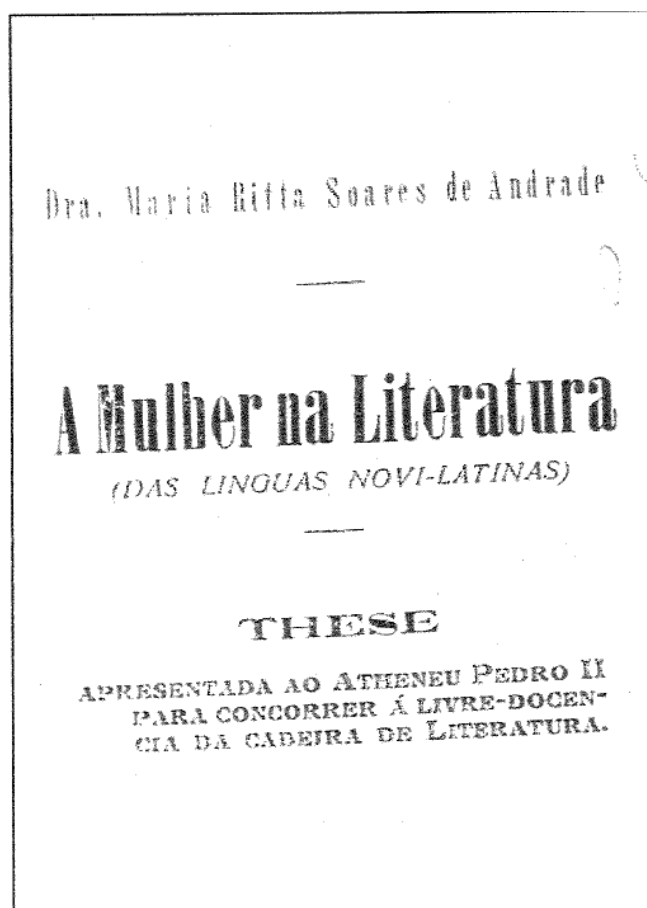


Imagem2: capa da tese de Maria Rita apresentada no concurso do Atheneu. Aracaju, 1929. Fonte: Freitas (2003), p. 153.

Além de advogar em causa própria nesse processo, em sua notável carreira de advogada Maria Rita, contou com clientes como Nicola Mandarin, Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa, Café Filho, Castelo Branco, Otávio Mangabeira, Brigadeiro Eduardo Gomes, entre outras figuras com grande visibilidade social, em entrevista concedida a professora Maria Lígia Madureira Pina ela afirmou ter uma predileção por crimes políticos. Udenista convicta, era ferrenha opositora do governo Vargas e advogou em favor dos presos políticos da ditadura sem cobrar honorários.

É provável que as aproximações de Maria Rita com o movimento feminista tenham se iniciado na Faculdade de Direito, onde ocorreram as primeiras aproximações com a União Universitária Feminina. Em 1930 após uma viagem para participar de um congresso da área do Direito no Rio de Janeiro, ela se envolveu com a Quinzena Feminista, organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, iniciando uma relação estreita de amizade com Bertha Lutz e Carmem Portinho. Em sua estadia na capital federal concedeu diversas entrevistas aos jornais locais, replicadas aqui em Sergipe, devido sua intensa participação no evento, sendo ela a responsável pelo lema “O ideal feminista é o ideal do Brasil”, amplamente divulgado pela campanha da FBPF.



Imagem 2: Maria Rita e um grupo de feministas em excursão pela FBPF. Rio de Janeiro, 1930. Fonte: Freitas (2003), p. 222.

Em seu retorno a Sergipe, fundou uma filial da Federação juntamente com Cesartina Régis²³, sobre a atuação da FBPF em Sergipe ela afirmou:

O movimento iniciante contava com poucas e tímidas adesões em Sergipe, que sempre foi refratário às reuniões. Lembro-me que até mesmos membros da Ordem dos Advogados não se reuniam, oficialmente. Encontrávamo-nos nos cartórios, nos cafés ou conversávamos pelo telefone. Por isso, não houve movimento congregado feminista. Cesartina era a alma da Federação. Mesmo assim, conseguimos lançar o nome da professora Quintina Diniz à deputada estadual pelo PSD. (PINA, 1994, p. 362)

A conquista pelo direito ao voto feminino no Brasil, é em grande parte atribuído às ações e reivindicações da FBPF e a sua fundadora Bertha Lutz, as atenções das militantes associadas eram voltadas especialmente para este intuito e na defesa pelo acesso à educação. Em Sergipe as ações e reivindicações neste sentido, foram comandadas por Cesartina Régis e Maria Rita, após a conquista deste direito empenharam-se na campanha que resultou na candidatura de Quintina Diniz em 1934.

A eleição de Quintina provocou um grande desgaste na vida pessoal e profissional das duas militantes mais ativas da FBPF em Sergipe. Maria Rita foi demitida do seu cargo no Atheneu Sergipense, do qual havia pedido afastamento sem vencimentos para se dedicar a

²³ Natural de Laranjeiras, nasceu em 08 de novembro de 1890, foi professora e a primeira farmacêutica de Sergipe, formando-se na Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro em dezembro de 1911. Teve uma intensa participação nas ações da FBPF, assumindo no estado a função de primeira secretária da Federação, seu trabalho junto com Maria Rita permitiu a eleição de Quintina Diniz, a primeira mulher eleita em Sergipe. Faleceu em 15 de fevereiro de 1980. (PINA, 1994)

campanha e da Empresa de Tração Elétrica onde também trabalhava. Isso se deu após o rompimento das duas com o interventor Augusto Maynard. Desde a interferência deste na nomeação de Maria Rita como professora do Atheneu, houve um estreitamento dos laços entre eles, tornaram-se aliados políticos, a Revista Renovação sob o comando de Maria Rita, constantemente destacava Maynard de maneira elogiosa e em troca desta dedicação e trabalho, ele prometeu a indicação delas na eleição de 1934, contudo, isto não ocorreu.

Em uma carta endereçada a Bertha Lutz, Maria Luiza Bittencourt e Carmem Portinho, em agosto de 1934, sobre a expectativa na participação do II Congresso Feminista, onde articulações de campanha aconteceriam, Maria Rita escreveu:

Há vários dias não fazemos outra coisa senão alistar eleitores; não temos tido trégua para nada. O nosso Maynard, que é um bom amigo, queria muito mandar uma de nós, resolvemos, porem ir as duas. Ele cedeu, mas prorrogação veio nos atrapalhar o expediente; a luta política é intensa aqui e ele está convencido de que nós lhe somos uteis. Precisamos, porem agir com a maxima habilidade. Ele pensa em nos dar uma cadeira na Constituinte Estadual. Mas e pouco, queremos disputar tambem a eleição federal. (FREITAS, 2003, p. 235)

As indicações não ocorreram o que provocou o rompimento político entre eles e o lançamento de Quintina Diniz como candidata. Após a eleição as ações da FBPF em Sergipe esmorecem assim como a relação entre Cesartina e Maria Rita. Apesar da vitória a insatisfação das duas com as promessas não cumpridas, parece ter abalado a amizade. Em carta enviada a Bertha Lutz, Cesartina comenta das dificuldades em manter as atividades da Federação e se queixa da pouca dedicação de Maria Rita e da ruptura com Maynard que vinha lhe dificultando a vida.

O papel da imprensa é um importante elemento de análise nas articulações do movimento feminista do período, há uma massiva referência nos jornais, buscando ridicularizar e diminuir a importância das suas ações, suas participantes também não são poupadas, são chamadas de raivosas, masculinizadas e dotadas de pouca beleza. Ao mesmo tempo o movimento se utiliza amplamente desses meios de comunicação para a divulgação de suas ações e seus ideais. Maria Rita, soube utilizar isso a seu favor. Criou em 1931 a Revista Renovação, criada segundo ela “pela mulher, para mulher”, com circulação até 1934.

Não era necessariamente uma publicação feminista, Maria Rita a definia como um magazine literário, onde eram publicadas cartas dos leitores, crônicas, poemas, receitas e dicas de economia doméstica. Contudo, seus editoriais contavam com a participação de renomados intelectuais sergipanos e constantemente defendiam uma maior participação das mulheres em espaços públicos e os direitos femininos, divulgando as ações da FBPF e da UUF.

Em 1938, Maria Rita se muda para o Rio de Janeiro, duas hipóteses são levantadas para

explicar o motivo da sua mudança: a primeira diz que ela foi acompanhar o noivo, o poeta sergipano Passos Cabral que já havia fixado moradia na capital federal desde 1931, a segunda, que acreditamos ser a mais provável, é que ela foi em busca de novos horizontes profissionais e uma maior participação política, dado os últimos desgastes em Sergipe na eleição de 1934. Podemos também pensar em uma junção das duas hipóteses. Os relatos da relação de Maria Rita com Passos Cabral, demonstram uma grande cumplicidade e apoio mútuo. Em tempo, ela organizou a publicação dos seus livros, ele era assíduo colaborador da Revista Renovação e publicava frequentemente artigos em seu apoio no período dos processos contra a direção do Atheneu.

Ao chegar no Rio de Janeiro, Maria Rita preferiu não utilizar as referências que levou do presidente da Ordem dos Advogados de Sergipe e iniciou a carreira como professora, logo depois abriu um escritório de advocacia junto com Maria Luiza Bittencourt e Maria Alexandrina Ferreira Chaves. Continuou combativa na política, no direito e no movimento feminista.

Participou do I Congresso Feminino Hispano-Americano em Madri, em 1951, onde apresentou a tese *Situação Jurídica da Mulher*. Trabalhou como redatora do Jornal do Brasil de 1954 a 1963. Defendeu presos políticos do Estado Novo, com destaque para a sua defesa aos militares rebeldes da aeronáutica, envolvidos no Movimento Aragarças. Foi a primeira mulher membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e em 1967 foi nomeada juíza federal da Guanabara, a primeira juíza federal do Brasil aposentando-se do cargo em 1974.

Após seu estabelecimento no Rio de Janeiro o engajamento político de Maria Rita se amplia, possuía uma forte ligação aos partidos conservadores, especialmente a UDN, partido opositor do governo Vargas, que em sua criação contou com a sua colaboração na formulação dos seus primeiros estatutos. Nas eleições de 1954 lançou-se candidata a deputada federal, por este partido e participava ativamente dos comícios ao lado do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Marechal Dutra (FERREIRA; SILVA, 2017). Em defesa da sua candidatura o escritor Odylo Costa Filho escreveu no Diário de Notícias:

(...) esta mulher (...) não tem papas na língua. Nós a vemos todo o dia lutando, no esforço heroico de ganhar a vida. Nasceu paupérrima, fez-se pelas próprias mãos, tendo de enfrentar a força do preconceito. Sua consciência de católica é uma limpidez cristalina, que a fez enfrentar ontem o Tribunal de Segurança como advogada de alemães, que pagavam o mal da pátria e a fez hoje assumir a defesa de oficiais comunistas que faziam literatura e a polícia entendeu que conspiravam. (Apud FERREIRA; SILVA, p. 1022, 2017)

Em um momento histórico de forte polarização das ideologias capitalista e comunista, Maria Rita demonstrava sua oposição a adesão de mulheres aos princípios da esquerda, contudo isso não a impedia de defender pessoas acusadas de subversão, mesmo quando pertenciam a

posicionamentos políticos contrários ao seu e afirmava que apoiaria todas as mulheres que quisessem assumir cargos públicos, independente de partido.

Ao analisarmos a trajetória de Maria Rita enquanto militante feminista, percebemos as características históricas da primeira onda do feminismo, a ampla defesa ao voto feminino e o do acesso a educação como meio de emancipação, comandada por um restrito grupo de mulheres intelectualizadas. O fato de uma mulher negra, nordestina de origem humilde adentrar em espaços públicos tão limitados aos homens brancos, já é por si só bastante significativo, os desafios e discriminações enfrentados por ela, não se limitavam às questões de gênero, sua raça e origem se interseccionam nessa opressão. Contudo, Maria Rita tornou-se representativa não somente por sua presença nestes espaços, ela se fez ser ouvida, apesar das inúmeras tentativas de descredibilizá-la, rompeu inúmeras barreiras impostas, abriu caminhos e não tinha medo em se afirmar feminista convicta, em uma época que o movimento era discriminado, cercado por tabus e estereótipos. Sua história nos traz um ponto de vista singular da história do movimento feminista apresenta pontos congruentes e também de rupturas.

Apear de suas origens e de ser descrita como “o anjo negro do feminismo”²⁴, Maria Rita parecia não se atentar para as questões de classe e de raça, posicionava-se contra o comunismo, logo distanciava-se do movimento negro e das feministas marxistas ligadas aos partidos de esquerda. Ao que parece mais por acreditar na sua capacidade de vencer do que por questões ideológicas, ao *Jornal do Brasil* ela afirmou:

não sinto nem distingo bem essa história de classes: talvez por haver nascida na mais pobre e viver no meio de todas elas, aprendi por experiência que a resistência não é monopólio dos bem situados na vida: na pobreza também se luta e resiste, e melhor, por vezes (Apud, Ferreira; Silva, p.1023, 2017)

Após aposentar-se como juíza federal, Maria Rita continuou atuando como advogada, cercada da família que trouxe de Aracaju após se estabelecer no Rio de Janeiro e de amigos, o casarão em que morava em Santa Tereza vivia cheio, as reuniões e almoços eram tão constantes que ele passou a ser chamado de o consulado sergipano. Até o fim da vida militou em defesa da mulher, em depoimento à CPI da mulher, aos 73 anos, afirmou que “nada foi dado até hoje à mulher de mão beijada. Cada conquista significou uma batalha”.

²⁴ Correio da manhã 1951. “(...) seu discurso foi um tanto ríspido para com os homens. Fez também severas críticas ao período ditatorial do sr. Getúlio Vargas, na opinião da oradora o anjo negro do feminismo.” (Apud FERREIRA; SILVA, p. 1019, 2017)



Maria Rita aos 89 anos. Fonte: Pina (1994), p. 367.

Faleceu em 05 de abril de 1998, recebeu homenagens do Tribunal Federal do Rio de Janeiro, reconhecendo seu amor à justiça, que a fez defender causas impossíveis e abrir frentes para a atuação da mulher em áreas predominantemente masculinas e exaltando o orgulho por contar em seu quadro de magistrados com uma mulher à frente do seu tempo.

2.3 Quintina Diniz: A Política Pioneira (1878-1942)

Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro nasceu em Laranjeiras, em 18 de junho de 1878, filha de Dr. Victor Diniz Gonçalves e Maria Petrina de Oliveira Gonçalves. Teve três irmãos: Pedro Diniz Gonçalves que era proprietário de terras na região de Lagarto, Elisa Diniz Gonçalves Ribeiro e Georgina Diniz Gonçalves Ribeiro que ajudaram Quintina na administração do Colégio Sant'Anna²⁵.

Sua família estava entre uma das mais influentes do estado de Sergipe, muitos parentes eram grandes proprietários de terra e exerciam cargos políticos. Sendo assim, Quintina teve

²⁵ O Colégio Nossa Senhora Sant'Anna foi fundado em 1848 em Laranjeiras (SE), dirigido por Possidônia de Santa Cruz de Bragança e posteriormente por Quintina Diniz que o transfere para Aracaju em 1906. Era uma instituição particular, frequentado pela elite, que funcionava nos regimes de externato e internato feminino.

acesso a um requintado processo de escolarização. Além disso, a cidade de Laranjeiras, onde ela viveu até os 28 anos, era considerada o celeiro cultural de Sergipe neste período, permitindo que ela tivesse acesso a teatros, gabinetes de leitura, clubes republicanos e jornais atentos com as discussões de âmbito nacional.

Considerada a Atenas sergipana, por causa da intensa produção intelectual, a cidade de Laranjeiras era um importante centro de cana-de-açúcar e de escoamento da produção no estado, sendo assim era um movimentado polo econômico. Contava com dois teatros, seis jornais, gabinete de leitura, instituições públicas e seis particulares de ensino, além de clubes dramáticos e republicanos que formaram importantes nomes da política sergipana. Ou seja, Quintina cresceu em um importante e diversificado centro intelectual de Sergipe.

Estudou no Colégio Inglês, uma instituição particular dirigida por Miss Anne Carol, que de acordo com FREITAS (2003), oferecia um currículo mais amplo e diversificado do que as escolas públicas, contando com aulas de Português, Inglês, Francês, Alemão, Religião, Aritmética, Geografia, História, Piano, Desenho, Pintura e Trabalhos Manuais como o bordado e o artesanato. Além de um rigoroso processo avaliativo de rendimento escolar, feito publicamente por uma banca composta por renomados professores e intelectuais do estado. Estas instituições particulares femininas do século XIX e início do século XX, eram voltadas para a elite que buscava educar suas filhas para serem cultas e refinadas, não necessariamente para obterem autonomia e atuar no mundo ou conquistarem independência financeira, mas sobretudo, para conseguirem “bons casamentos” e “serem “boas esposas” reproduzindo os valores morais e os bons costumes. Nesse sentido, para Freitas:

A educação recebida no lar e na escola para ser uma “moça prendada” marcou a trajetória de Quintina Diniz e o exercício profissional como diretora do Colégio Sant’Anna e professora da Escola Normal. Mesmo tendo a chance de aprender outras línguas estrangeiras além do Francês e ter estudado História e Geografia, disciplinas ausentes na maioria dos currículos das escolas femininas do período. A ênfase dada aos trabalhos manuais e ao aprendizado da Música revelava a adequação ao ideal de educação esperado para as jovens da elite sergipana. (FREITAS, 2003, p. 74)

Ainda adolescente Quintina iniciou sua carreira no magistério, aos quinze anos ministrava aulas para os filhos dos trabalhadores da fazenda de seu irmão. Após concluir o ensino secundário foi convidada para lecionar no Colégio Sant’Anna, assumiu a direção da escola em 1898 junto com a mãe e as irmãs e realizou a transferência da instituição para Aracaju em 1906. Já instalada na capital sergipana, foi nomeada professora da Escola Normal em 1911, passando a conciliar as atividades nas duas instituições. Em 1916 tornou-se membro da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.

A atuação de Quintina como professora é sempre motivo de exaltação, nos depoimentos

colhidos de ex-alunas e nos jornais da época transcritos nas obras de Pina (1994) e Freitas (2003), ela é descrita como amorosa, dedicada, competente e muito respeitada. O Colégio Sant'Anna e a Escola Normal eram instituições de grande prestígio na capital sergipana, Quintina era reconhecidamente uma professora de métodos inovadores, visto que, apesar da constante vigilância a que as alunas eram submetidas, havia uma aproximação entre elas, em uma época em que a conduta dos profissionais de educação era de extrema rigidez. No geral os relatos sobre ela convergem com o da professora Áurea Zamor de Melo que em entrevista concedida em 2002 declarou: “Foi minha professora e minha amiga...Era uma professora boa e muito amiga dos alunos, foi minha professora e eu queria muito bem a ela.” (FREITAS, 2003, p. 115)

O professor da Escola Normal José Augusto da Rocha Lima descreveu Quintina em um artigo na década de 50:

Quintina Diniz, a mestra perfeita, se soube equilibrar seus orçamentos, não soube enriquecer: acumulou amor, gratidão nas almas de suas alunas; não acumulou nem teres nem haveres...Sergipe inteiro, ainda se recorda: as meninas do Colégio Senhora Santana, a flor da família sergipana que para lá confluía, meigas e gentis, recolhiam as virtudes e os ensinamentos que ali ministravam e como flores dolorosas e puras, trescalavam o perfume de todas aquelas prendas de inteligências e coração que moravam à sombra da casa benfadada. (FREITAS, p. 113, 2003)

Não conseguimos perceber nos relatos colhidos, traços de sua vida pessoal, seus desejos, suas crenças e ideais, o que notamos é uma constante valorização da sua abnegação em favor da educação, ressalta-se a Quintina enquanto professora. Sendo a sua devoção a educação, a gentileza, a discrição da sua vida pessoal, sua fala calma e a sobriedade com que se vestia (geralmente de linho branco), elementos de constantes elogios. Isso nos mostra a valorização do controle social sob a vida, o comportamento e os corpos femininos.

Estas características da personalidade de Quintina, muito provavelmente fruto da educação requintada que recebeu, fez com que a “falta” por ela cometida ao não se casar e nem ter filhos, algo que a sociedade esperava de uma mulher da posição dela, fosse quase “perdoada”, contudo, sem deixar de ser notada e justificada socialmente dada a sua dedicação a educação. Em seu artigo, o professor José Augusto da Rocha Lima, conclui: “Quintina Diniz, a melhor das mães que não teve filhos, a doce mestra, presidia às festividades, a todos agradava, para todos tinha palavras de bondade...Provei de sua estima, fui magno para em tudo isso que descrevi.” (FREITAS, p. 114, 2003)

Os destaques para atuação de Quintina como parlamentar não são tão frequentes, quanto o da docência. Eleita em 1934, pelo PSD, a primeira deputada estadual de Sergipe, existem poucos registros do seu mandato. Indicada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

e pela União Universitária Feminina comandadas em Sergipe por Maria Rita Soares e Cesartina Régis, após o rompimento destas com o interventor Augusto Maynard que comandava o estado no período. Não conseguimos identificar quando ocorreu a aproximação de Quintina com estas associações ou com suas líderes. Porém, possivelmente, Maria Rita enquanto professora conheceu a reputação de Quintina e vislumbrou uma possibilidade de vitória. Em 13 de outubro de 1934 a FBPF e a UUF lançam um manifesto, assinado por Maria Rita e Cesartina Régis, em favor da sua candidatura no Correio de Aracaju:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina orientadas pelos espíritos superiores das Drs. Bertha Lutz, Carmem Portinho e Maria Luiza Bittencourt, com sede no Rio de Janeiro, e irradiação por todo o território nacional, que não fazem política partidária nem defendem interesses pessoais, animadas pelo ideal superior de assegurar à mulher posição definida na sociedade, com responsabilidade próprias e capacidade integral de assumi-las, por uma educação moral, intelectual e doméstica conforme as necessidades gerais e a evolução social hodiernas, tendo de sustentar os seus princípios na próxima Constituição Estadual e precisando, para fazê-lo eficientemente de uma sua representante no seio dessa Assembleia, vêm concitar todo o eleitorado feminino do Estado e todos aqueles eleitores que não julgam que o voto da mulher foi consignado em lei só para aumentar o quociente eleitoral dos homens, a sagrar nas urnas o nome da única mulher candidata – a professora D. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. Fazendo-o, por suas delegadas sub firmadas, não podem deixar essas Associações de lembrar às eleitoras conterrâneas que devem colocar acima de qualquer interesse, de toda conveniência pessoal, familiar ou partidária, os interesses superiores da mulher, que são os do Brasil – as reivindicações morais e jurídicas humanas, sem distinção de sexo nem de classes, na defesa intransigente da sua legenda: Deus, Pátria e Família. Bem sabem as signatárias deste manifesto que estão a exigir um sacrifício de muitas das suas companheiras, exigem-no, entretanto, com a convicção de serem atendidas pois este será, para cada uma, apenas uma parcela a mais na soma dos muitos com que toda mulher, da mais humilde à mais elevada, escreve o poema incógnito da vida, exigem-n’o ainda, com responsabilidade moral para fazê-lo, dando o próprio exemplo de sacrifício pessoal que de nenhuma outra será maior do que das que este subscrevem. Ouvi, pois, eleitoras e eleitores sergipanos. Pela mulher, para a mulher e com a mulher. Vote na professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro para Deputada à Assembleia Estadual Constituinte. (Pina, p. 213/214, 1994)

A análise do manifesto nos indica a necessidade de reforçar a preservação dos valores, morais, doméstico e familiares, como uma forma de demonstrar que a causa feminista não se afastava de tais princípios tão caros a sociedade da época. Além disso, há uma necessidade de enfatizar a ideia de que a mulher seria capaz de exercer cargos públicos e profissionais mantendo suas obrigações domésticas e familiares. Tal posicionamento, demonstra a ausência de um olhar crítico dos papéis de gênero, característica comum às sufragistas. Ademais, destacamos a defesa de uma suposta neutralidade partidária, com o intuito de aglutinar todas as mulheres em torno de um objetivo: eleger uma representante feminina. As próprias autoras destacam os sacrifícios pessoais que fizeram, ao retirar suas candidaturas em favor de Quintina, em busca desse propósito.

O mandato de Quintina é cercado pelo silenciamento de seus posicionamentos. Através dos depoimentos coletados, Pina afirma que “Eleita deputada, D. Quintina destacou-se na Assembleia tanto pela oratória como pelas posições acertadas que tomava” (PINA, p. 212, 1994). As investigações feitas por Freitas (2003), corroboram com os relatos e demonstram sua atuação como parlamentar.

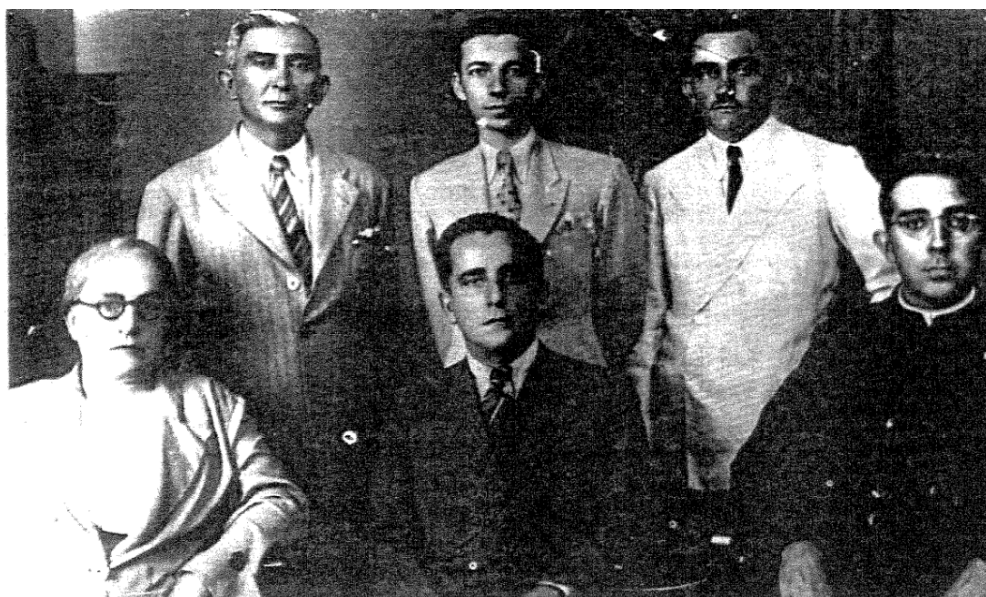


Imagem 5: Quintina Diniz e os deputados Pedro Diniz Gonçalves, Conêgo Miguel Monteiro Barbosa, Otoniel da Fonseca Dória, Luiz Garcia e Otávio Aragão, em 1935. Fonte: Pina (1994), p. 209.

Nos anos em que exerceu seu mandato participou de diversas comissões importantes. Em 1935 foi indicada pelo presidente da casa Pedro Diniz Gonçalves, seu sobrinho, para compor a comissão responsável pelo Projeto de Regimento Interno, participou também da comissão de elaboração do Projeto de Lei da Constituição Estadual, sendo ela a responsável por apresentar em plenário a versão final do Projeto Constitucional. Compôs também as seguintes comissões: de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Instrução, Saúde e Obras Públicas; Agricultura, Indústria, Comércio e Transporte. Além disso, atuou como segunda secretária da Assembleia e apresentou em 1936, junto com o deputado Luís Garcia, um projeto propondo o aumento dos salários dos professores da Escola Normal e do Instituto Profissional Coelho e Campos.

Contudo, não há registros em atas das discussões e debates feitos por Quintina em plenário. “Mesmo com temas tão diretamente relacionados com a trajetória pessoal e profissional da deputada Quintina Diniz, suas opiniões e manifestações sobre os projetos de lei não foram consignados nas páginas das atas da Assembleia” (FREITAS, p.199, 2003). Este

silenciamento não é neutro, a exclusão das mulheres de espaços majoritariamente masculinos, não ocorre apenas por meios legais e regulamentados, mas também por meio de obstáculos impostos cultural e socialmente, que são mais difíceis de romper, assim as primeiras mulheres foram muitas vezes toleradas, mas não amplamente aceitas, eram vistas como não pertencentes e descredibilizadas, devemos ao pioneirismo delas a naturalização da nossa presença nesses espaços.

O estranhamento da presença feminina nestes espaços, pode ser notada em uma entrevista concedida por Quintina após a eleição em 1935. O repórter pergunta: “Comparecerá então às sessões da Assembleia?” ao que ela responde: “Com todo júbilo cívico de brasileira e orgulho incontido de sergipana” (Pina, p. 215, 1994).

Mesmo com o mandato de deputada, as atividades docentes não cessaram na vida de Quintina, o colégio Sant’Anna manteve seu funcionamento até 1941, no mesmo ano ela se aposentou da Escola Normal e veio a falecer poucos meses depois em 22 de julho de 1942, causando uma grande consternação em Sergipe. Quintina faleceu cercada pelas sobrinhas, em sua modesta casa, onde ocupava o cômodo mais simples. Diversos discursos e artigos foram feitos em sua homenagem, sempre exaltando as suas virtudes morais, suas modernas práticas pedagógicas, mas acima de tudo o seu amor e dedicação à educação.

2.4 Beatriz Nascimento: Uma Mulher Atlântica (1942-1995)

Em 12 de julho de 1942²⁶, nasceu em Aracaju, a professora, historiadora, pesquisadora, intelectual, poeta, militante do movimento negro, feminista Maria Beatriz Nascimento, filha de Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, ela era a oitava entre os dez filhos de uma família humilde, sua mãe era “dona de casa” e o pai pedreiro. Em 1949, mudaram-se para Rio de Janeiro, assim como milhares de nordestinos, em busca de melhores condições de vida: “E nós viemos de Sergipe com uma intenção de meus pais de que nós crescêssemos. Vir para a cidade grande. É a grande dinâmica da migração”²⁷. Foram de barco a partir de Salvador, através do Oceano Atlântico fonte de grande inspiração para Beatriz. Na introdução do filme *Ori*²⁸ (1989), ela diz:

A Terra é circular, o Sol é um disco, onde está a dialética? No mar, Atlântico-mãe. Como eles puderam partir daqui para um mundo desconhecido? Aí eu chorei de amor

²⁶ De acordo com sua irmã Izabel Nascimento, apesar de no registro de nascimento de Beatriz constar dia 17, ela nasceu no dia 12 de julho. (RATTS, 2006)

²⁷ Fala de Beatriz Nascimento no filme *Ori* (1989)

²⁸ Filme produzido, escrito e narrado por Beatriz Nascimento. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>. Acesso em: 01/06/2023.

pelos navegadores, meus pais. Chorei por tê-los odiado. Chorei por ainda ter mágoa desta história. Mas chorei fundamentalmente, diante da poesia do encontro do Tejo com o Atlântico, da poesia da partida para a conquista. Eles o fizeram por medo também e talvez tenham chorado, diante de todas as belezas além do mar Atlântico. Oh paz infinita, poder fazer elos de ligação numa história fragmentada. África e América e novamente Europa e África. Angola, Jagas e os povos de Benin de onde vem minha mãe. Eu sou Atlântica! (ORÍ, 1989)

Não localizamos informações sobre sua infância na capital sergipana, migrou ainda muito pequena aos sete anos de idade, não sabemos em que bairro viveu, quais lugares frequentou. De suas origens ficaram as marcas na memória do contato com a terra: “Cordovil²⁹ é uma recuperação do passado em Sergipe, o contato com a terra, as plantas, o canavial” (Orí, 1989) e provavelmente os lugares retratados em Orí: a praça Fausto Cardoso e a Catedral Metropolitana. A maior parte dos registros da vida de Beatriz referem-se a mulher pesquisadora e ativista, a partir de 1968, com a sua entrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sendo assim, buscaremos uma análise da sua história, a partir da história da sua produção intelectual.



Imagem 6: Beatriz Nascimento e os irmãos em Cordovil, 1954. Fonte: Orí (1989)

O legado deixado por Beatriz é extenso, na obra *Uma história feita por mãos negras* (2021), Alex Ratts reuniu vinte e quatro trabalhos, entre artigos, ensaios e resenhas produzidos por Beatriz, subdivididos pelas seguintes temáticas: intelectualidade, relações raciais e de gênero; escravismo, fugas e quilombos; o quilombo como sistema alternativo; movimento negro e cultura. Além disso, escreveu dezenas de poemas, alguns deles publicados por Ratts (2006); formou-se em história pela UFRJ; participou ativamente de conferências,

²⁹ Bairro da zona norte do rio de Janeiro, onde Beatriz viveu com a família após migrar de Sergipe.

grupos de trabalho e institutos de pesquisa sobre a cultura negra, entre eles o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF); foi coautora do livro *Negro e cultura no Brasil*; produziu, escreveu e narrou os textos do filme *Orí*; realizou pós-graduação lato sensu em História do Brasil; iniciou o mestrado em Comunicação Social na UFRJ, sob a orientação de Muniz Sodré, que não pode ser concluído em virtude de sua morte. Além de pesquisadora, Beatriz também era professora de História da rede estadual do Rio de Janeiro.

O ano de 1968 que marca a sua entrada na UFRJ é um ano de tensão no Brasil, o endurecimento da ditadura militar provocou a perseguição de estudantes, professores e militantes dos movimentos sociais. Contudo, não há opressão sem resistência, este é também o ano das grandes passeatas dos movimentos estudantis, a exemplo da Passeata dos Cem Mil. Nos EUA ocorriam os grandes protestos antirracistas e o movimento hippie se manifestava contra a Guerra do Vietnã, é um período marcado por intensas movimentações políticas e sociais. Ao falar da sua experiência de mulher, negra, pobre ao adentrar o meio acadêmico em um período tão agitado socialmente, Beatriz pontuou o seu despertar enquanto sujeito político:

Nesse momento abandonei qualquer projeto burguês como se saísse por uma saída imaginária da Passeata dos Cem Mil. Nesse momento eu tive consciência de minha cor preta e do quanto eu poderia começar ‘de novo’. Comecei então um ativismo político. (RATSS, p. 7, 2021)

A partir daí um paradoxo se estabelece para Beatriz, a formação da sua consciência identitária enquanto mulher negra, contrastava com a produção acadêmica sobre o negro Brasil. A historiografia, majoritariamente produzida por brancos, relativa ao negro no Brasil reduzia-se as questões da escravidão, o negro era colocado na história apenas como mão de obra escrava, esse reducionismo tornou-se um constante alvo de crítica de Beatriz e de outros militantes negros inseridos nas universidades. Na Conferência Historiografia do Quilombo em 1977 na USP, ela expõe esta incongruência: “Quando eu cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para fazenda e para mineração”. (Orí, 1989).

Buscando subverter esta perspectiva, Beatriz defende ativamente uma história negra feita por pessoas negras, esta defesa se dava na militância e também como campo de estudo, o que possibilitaria novos pontos de vista e o direcionamento do olhar para as lacunas existentes. Contudo, o que ela propõe não é somente uma maior participação dos negros na produção historiográfica, é acima de tudo uma descolonização do conhecimento acadêmico, na medida em que se utiliza da cosmovisão de diversas nações africanas, para conduzir sua produção

intelectual, algo inovador para a época. Sendo assim, sua principal crítica não é sobre quem faz a história do negro, mas qual perspectiva se utiliza ao escrevê-la.

Beatriz encontra nos estudos sobre os quilombos um caminho para as suas aspirações, dedicou-se a temática por quase vinte anos (1967-1994), realizando duas viagens a África, buscando aprofundar seus estudos, uma para Angola e outra para o Senegal.

O tema ganhou força a partir de 1970 entre a militância negra e nos meios acadêmicos, a ideia de quilombo como meio de luta e resistência à escravidão, de território constituído para abrigar um povo livre, é transposta para o século XX para as favelas, escolas de samba, as religiões de matriz africana e para o movimento negro. Enfim, os quilombos do século XX são os espaços, não somente físicos, de manutenção e resistência da cultura negra. Na Quinzena do Negro da USP, na qual Beatriz Nascimento apresentou a conferência *Historiografia do Quilombo*, retratada no filme *Orí*, ela define da seguinte forma:

Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (ORÍ, 1989).



Imagem 7: Beatriz Nascimento na Conferência Historiografia do Quilombo, 1977. Fonte: Orí (1989)

Este novo olhar a respeito do quilombo encontra relutância dentro da academia, alguns estudiosos se recusavam a aceitar a ideia de quilombo como uma linha de pesquisa que ia além de Palmares. Além disso, a década de 1970 é fortemente marcada pela influência marxista e alguns estudiosos não concordavam com a análise de outras perspectivas, que iam além das questões de classe para compreender a problemática negra no Brasil. Oposta a esse pensamento, Beatriz e outros intelectuais negros da época como Abdias Nascimento, José Rufino dos Santos

e Lélia González, defendem o conceito de quilombo como uma continuidade histórica que vai além de questões socioeconômicas: Em seu artigo *Quilombos: mudança social ou conservantismo* (1978), ela defende:

Queremos dizer que oficialmente o quilombo termina com a abolição. Mas que permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura. Uma das provas que talvez tenhamos para este argumento é a de que, no Rio de Janeiro, áreas geográficas de antigos quilombos, como os do Catumbi (um dos maiores), Leblon, Corcovado e outros, transformaram-se em favelas e sobrevivem, embora transmutados fisicamente, até os nossos dias. (Apud RATSS, p. 136, 2021)

No tocante a questão da mulher, realizamos análise de dois artigos: *A mulher negra no mercado de trabalho* (1976) e *A mulher negra e o amor* (1990). A análise destes trabalhos nos mostra que Beatriz apreende a corporeidade da mulher negra com um terreno político, marcado por estereótipos racistas e sexistas. Ela traça a relação desses estigmas ao processo de escravização a que foram submetidas no Brasil e destaca as singularidades na busca por direitos entre as mulheres brancas e negras.

Em sua visão a sociedade colonial patriarcal, colocou mulheres brancas e negras em posições e graus de opressões diferentes, enquanto que as mulheres brancas é designado o papel de mãe e esposa dedicada à casa e ao marido, as mulheres negras escravizadas serviam como mão de obra nas lavouras, nas senzalas e nas casas grandes, além da maternidade compulsória a que eram submetidas, o que possibilitava o fornecimento de novos escravos.

Com o fim da escravidão a população negra marcada pelo racismo, passa a ocupar os cargos de trabalho hierarquicamente mais baixos, especialmente a mulher negra que além do demarcador de raça, sofre a demarcação de gênero. Ao traçar esse histórico, Beatriz demonstra um cruzamento na análise da opressão feminina, levando em consideração questões de classe, raça e gênero, em um período onde os estudos sobre a interseccionalidade eram ainda muito incipientes. Em síntese ela afirma:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (Apud RATSS, p. 104, 2006)

Com o processo de industrialização e urbanização a partir da década de 1930, a necessidade de mão de obra se amplia e as mulheres passam a serem inseridas no mercado de

trabalho, entretanto a ocupação de cargos melhores está diretamente ligada ao nível de escolarização, dessa forma a dominação econômica do homem branco se mantém. As mulheres brancas que passam a ter mais acesso a escolarização a partir da metade do século XX, gradativamente passam a acessar melhores ocupações. “Deste modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho. Mas não podia deixar de ser, devido ao fato de pertencer ao grupo subordinado, ocupa lugares definidos como de “atividades femininas” (Apud RATTS, p. 105, 2006).

Para Beatriz é nesse contexto que a exclusão da mulher negra se consolida, por dois motivos:

o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo: Comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, os então como operárias industriais. (Apud RATTS, p. 105, 2006)

Apesar de não fazer uma crítica direta ao movimento feminista, entendemos que suas observações revelam uma lacuna existente naquele momento, as necessidades das mulheres negras não estavam contempladas nas reivindicações do movimento. A militância da segunda onda do feminismo, contexto no qual Beatriz se insere, direcionava suas demandas para a inclusão e consolidação das mulheres no mercado de trabalho e nos meios acadêmicos, já as intelectuais feministas baseavam suas análises no economicismo e na luta de classes marxista. Enquanto isso, as mulheres negras já ocupavam historicamente postos de trabalho subalternos, em jornadas duplas e triplas para garantir o sustento de suas famílias tornando inviável o aprimoramento educacional, somado a isso, as implicações do racismo e do sexismo, impossibilitam sua ascensão social. Ao direcionar o olhar para as singularidades das mulheres negras dentro do processo histórico de exclusão das mulheres, Beatriz aponta para aquilo que hoje denominamos feminismo negro.

Além dessas questões, Beatriz destaca outros impactos provocados pelo sexismo em cruzamento com o racismo e seu “emaranhado de sutilezas”, como a sexualização, a preferência dos homens as mulheres brancas em detrimento das mulheres negras na manutenção de relacionamentos amorosos, o desgaste da autoestima e os efeitos psicológicos desta sobrecarga de opressão. Ela mesma passou por um período conturbado, onde transtornos psíquicos provocaram um hiato em suas produções.

As concepções de Beatriz foram sintetizadas no filme Orí ³⁰(1989), seu trabalho mais

³⁰ Palavra de origem Yorubá que significa cabeça, podendo também ser utilizada para se referir a destino, guia ou pensamento. No filme Beatriz afirma que no sentido filosófico Orí significa a iniciação a um novo estágio

reconhecido, dirigido por Raquel Gerber, tem textos, produção e narração de Beatriz. O filme mostra o ethos da comunidade negra, os terreiros de candomblé, as escolas de samba, o movimento negro, os “bailes black”, aquilo que Beatriz denomina quilombo, traçando uma relação entre a cultura africana com a cultura afro-brasileira e a história da sua vida. A voz calma e firme de Beatriz conduz a narrativa de forma poética, com um tom quase nostálgico, imagens de África e Sergipe cunham o conceito denominado por ela de transmigração:

O que é a civilização africana e americana? É um transatlântico. Ela não é a civilização atlântica, ela é transatlântica. Foi transportada para a América um tipo de vida que era africano. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo de um continente para outro. De África para a América. (ORÍ, 1989)



Imagem 8: Beatriz Nascimento e Raquel Gerber no lançamento do filme Ori. Fonte: acervo pessoal de Raquel Gerber disponibilizado para o Acervo Nacional.

A vida de Beatriz foi interrompida aos 52 anos, em 28 de janeiro de 1995, morta a tiros pelo companheiro de uma amiga, em uma rua do bairro de Botafogo. O assassino, um homem branco, de 35 anos, que cumpria pena em regime semiaberto por homicídio, alegou que não gostava dos conselhos que ela oferecia a sua companheira para deixá-lo, por causa da violência doméstica que sofria. Foi preso alguns dias depois, após grande repercussão do caso e pressão da militância negra.

Muniz Sodré seu orientador no mestrado interrompido pelo feminicídio, descreveu Beatriz após sua morte:

Beatriz Nascimento foi uma dessas pessoas atravessadas pela angústia daquele famoso

da vida, um novo encontro, ele se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete, com seu passado, com seu presente, com seu futuro.

“resíduo insolúvel” no processo da modernidade, sobre o qual sociólogos vivem construindo suas teses. Eu a conheci de perto, percebi que ela sabia e sentia que, no resto insolúvel, parece jogar um certo destino, inaceitável para a consciência da pessoa. Tentou como intelectual (professora de História, conferencista, escritora) compreender e superar o trágico oriundo da dívida simbólica do ser negra. Tinha largo trânsito na comunidade. Na vida pessoal, era às vezes sofrida, mas sempre lúdica e doce. Não a atemorizava o risco da verdade. Mas isto é temerário, quando se vive numa sociedade machista. Na morte, espera, e a sociedade lhe deve justiça. (Apud RATTS, p. 32, 2006)

Beatriz deixou uma filha, Maria Bethania Nascimento Freitas Gomes, nascida em 1970, fruto de um relacionamento com o arquiteto e artista plástico cabo-verdiano José do Rosário Freitas Gomes. Ela é considerada a primeira bailarina negra do país a conquistar o posto mais alto em uma companhia de dança internacional³¹, enfrentou o racismo nas escolas de dança no Brasil, sentia-se deslocada até que Beatriz a encorajou mostrando fotos de bailarinas negras. O legado de Beatriz permanece, em Bethania e na imensa e inovadora contribuição de seu pensamento para o feminismo e para os estudos de raça. “Onde eu estou, eu estou, quando estou eu sou”

2.5 Maria Rita, Quintina e Beatriz: aproximações e distanciamentos

A trajetória de vida dessas três mulheres, nos mostra a pluralidade dos feminismos, suas contradições, rupturas e aprimoramentos ao longo do tempo. Assim como as nossas biografadas, o movimento feminista é filho do seu tempo, reflete as influências do contexto histórico em que está inserido e em uma relação dialética também modifica este meio. Neste sentido estas mulheres foram fundamentais, o pioneirismo das suas ações e pensamentos provocaram mudanças no cenário social em que viviam que reverberam na sociedade atual.

Ao analisarmos as trajetórias de Quintina Diniz e Maria Rita Soares, ambas inseridas dentro de um mesmo cenário, a primeira onda do feminismo em Sergipe, percebemos afinidades e contradições.

Maria Rita, advogada, uma mulher negra, de origem humilde, assumidamente feminista, que manifestava suas opiniões publicamente através dos meios de comunicação, afrontava os padrões sociais e comportamentais esperados para uma mulher. O impacto da representação de uma mulher em locais dominados pelo masculino, não somente com sua presença física, como também pela manifestação de suas ideias e convicções, provoca uma reação de extrema violência que busca deslegitimar suas ações. Entre os obstáculos impostos a Maria Rita, listando

³¹ Mais informações em: <https://primeirosnegros.com/bethania-gomes-bailarina-expulsa-no-brasil-top-no-exterior/> Acesso em 01/06/2023

apenas os mais concretos e representativos, podemos citar: a constantemente hostilidade com que era tratada nos jornais da época; as dificuldades para assumir o cargo de professora do Atheneu Sergipense, que contava apenas com homens em seu quadro docente; e o favorecimento do nome de Quintina Diniz para disputar as eleições de 1934, em detrimento do seu. Sendo este último, talvez o mais representativo.

A escolha de Quintina para disputar a eleição foi vista com estranhamento, dado o engajamento político de Maria Rita a indicação de seu nome era o caminho mais evidente. Contudo, uma tática utilizada pela FBPF, levou a indicação daquela que possuía mais chances de vencer. Maria Rita abria mão das suas aspirações individuais em nome da luta coletiva, para ela o mais importante era que uma mulher fosse eleita. O depoimento da professora Maria das Graças Melo sintetiza este acontecimento:

Eu acho uma injustiça muito grande! Injustiça! Mas geralmente, Dona Quintina, foi por causa dos laços de família, como tinha o colégio, para a juventude naquela época... e aparecia... Maria Rita ao contrário, só faziam denegrir! Ela foi uma pioneira na advocacia... naquele tempo não havia mulher, não fazia isso... (...) não tinha clima! A mulher fazer alguma coisa em Sergipe? Quando fazia era condenada! Está se salientando e tal... (FREITAS, p. 240-241, 2003)

A escolha do nome de Quintina envolvia uma estratégia, visto que ela enquanto uma mulher branca, constantemente elogiada por sua discrição e dedicação à educação, que possuía diversos membros da família envolvidos no cenário político sergipano, tinha uma maior aceitação social. Contudo, isto não a tornou imune ao sexismo, o que notamos é quase uma “coisificação” de Quintina, a construção de um ideário de mulher a partir de sua figura, colocada como a mulher culta, meiga, discreta, contida, uma padronização que precisava ser mantida como exemplo a ser seguido, algo limitante, silenciador. Nas palavras de Maria Rita: “é justamente esta história de colocar a mulher num altar, que vem nos desgraçando” (PINA, p. 365, 1994).

Os rompimentos a esses padrões eram rapidamente sufocados. O fato de Quintina nunca ter se casado ou ter tido filhos, algo compulsório para uma mulher com ela, foi logo justificado socialmente por sua dedicação à educação, enquanto que sua carreira política foi marcada pelo silenciamento das suas ações. Apesar da sua participação em diversas comissões da Assembleia, não há registros em atas de seus discursos e após a sua morte as homenagens feitas a ela destacam a sua carreira docente e não mencionam a sua carreira política. “Na Assembleia Legislativa de Sergipe não foi encontrada nenhuma evidência do mandato de Quintina, que foi não apenas a primeira deputada, mas a única sergipana a participar de uma Constituinte.” (FREITAS, p. 106, 2003)

Quintina não se declarava abertamente como uma mulher feminista, algo comum para uma época onde o preconceito e estereótipos sobre o movimento eram ainda mais intensos. Contudo, após eleita escreveu uma carta a Bertha Lutz agradecendo o apoio e se colocando à disposição para as “causas femininas”.

Desta forma, sobre Quintina e Maria Rita pesaram os estereótipos de gênero, a negação do espaço público e a tentativa de silenciamento, sendo a última, considerada uma exceção social, marcada também pelo racismo o que trouxe para ela obstáculos ainda maiores.

Inserida em uma outra fase do movimento feminista Beatriz Nascimento, mulher negra, intelectual, militante do movimento negro, submetida aquilo que Sueli Carneiro definiu como epistemicídio.

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, p. 96, 2005)

Suas análises inovadoras anteciparam conceitos, que ainda hoje provocam calorosos debates. Antes mesmo do movimento feminista passar a defender amplamente a necessidade de um olhar interseccional e o feminismo negro até mesmo da utilização desses termos, Beatriz já defendia essas concepções. Contudo, suas contribuições para os estudos de raça e da mulher só começaram a ser resgatados muito recentemente, durante muito tempo o meio acadêmico ignorou a sua produção intelectual. Ratts salienta que:

(...) é perceptível como a produção acadêmica desses(as) pesquisadores(as) negros(as), incluindo Beatriz Nascimento, foi recusada ou refutada indiretamente por seus “pares” acadêmicos até o final da década de 1990. No caso dela, esse “esquecimento” se processa em paralelo ao seu maior período de profícua produção escrita e comunicada oralmente. Evidencia-se aqui um problema de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, aos mecanismos da “invisibilidade negra” semelhantes em outros âmbitos sociais. (RATTS, p. 31, 2006)

Diferente de Maria Rita e Quintina Diniz ligadas a partidos conservadores, Beatriz possuía uma visão mais progressista, contudo sem deixar de ser crítica a visão marxista, amplamente aceita no meio acadêmico em que viveu, isso lhe custou alguns embates, já que ela não desconsidera as questões de classe no processo de exclusão da população negra, mas considerava além desses, outros fatores:

No entanto, não é somente pelo reflexo no mercado de trabalho que se pode avaliar a situação de subordinação em que a mulher negra se encontra. O fato mesmo de ser mulher, atraiu para si um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização (Apud RATTS, 106, 2006)

Notamos um ponto inesperado em comum, a dedicação ao magistério, as três biografadas dedicaram-se a carreira docente, situadas em um espaço temporal relativamente longo de Quintina à Beatriz, o magistério parecia ser um espaço confortável para a atuação profissional feminina, visto que, diversos outros campos lhes foram negados historicamente. A esse respeito, analisando o contexto no qual estavam inseridas Quintina e Maria Rita, Freitas afirmou que: “O magistério parecia ser uma estratégia, legítima e legitimada, de penetração nos espaços públicos para as mulheres neste período. Além de permitir uma certa autonomia financeira e distinção na sociedade” (FREITAS, p. 98, 2003).

Além desse ponto, um outro não tão inesperado assim, o silenciamento em torno de suas histórias e de suas contribuições para a conquista dos direitos femininos. As três mulheres aqui biografadas, estiveram ativamente envolvidas em suas conjunturas políticas e sociais, conviveram e atuaram juntas com nomes que alcançaram visibilidade local e nacional. Quintina compôs diversas comissões e atuou junto com Gentil Tavares, Luiz Garcia, Orlando Vieira Dantas, Alfredo Rolemberg Leite. Maria Rita trabalhou em conjunto com Café Filho, Eduardo Gomes, Carlo Lacerda. Beatriz compartilhava dos mesmos pensamentos de seus contemporâneos Abdias do Nascimento e José Rufino dos Santos. Todos esses nomes, entre outros, alcançaram em maior ou menor escala reconhecimento de seus pares e estão presentes na historiografia e na memória coletiva.

Com exceção de Quintina que possui uma escola³² em sua homenagem e uma honraria³³ concedida em seu nome pela Assembleia Legislativa, não existe nenhum espaço público em Sergipe homenageando as outras duas. No campo acadêmico, com exceção de algumas intelectuais negras como Lélia González, Beatriz raramente tem seus textos citados, apesar de toda a sua contribuição aqui já explicitada. A existência desse silenciamento grita.

A memória é um fenômeno construído individualmente e coletivamente e se dá por meio de disputas de poder, o esvaziamento da memória coletiva em torno dessas mulheres não é neutro. Para Pollack a memória é um elemento importante na construção da identidade:

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, p. 204, 1992)

Neste mesmo sentido, Beatriz Nascimento afirma que a formação da identidade está

³² Escola Municipal de Educação Infantil Quintina Diniz, localiza-se no Bairro Siqueira Campos em Aracaju.

³³ A honraria de iniciativa da ex-deputada Susana Azevedo, tem por finalidade, homenagear através do reconhecimento da Assembleia, mulheres que se destacaram, especialmente na defesa dos direitos e da igualdade feminina.

ligada ao reconhecimento do outro:

é preciso a imagem para recuperar a identidade, tem-se que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda de identidade (NASCIMENTO, apud Orí, 1989)

Cabe a nós enquanto professoras, historiadoras e feministas promover a socialização histórica da vida, da luta, do pensamento e contribuições dessas e tantas outras mulheres buscando gerar, principalmente em nossas (os) estudantes, o sentimento de identificação e empoderamento.

CAPÍTULO 3- A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA SERGIPANAS: MULHERES, BIOGRAFIAS E FEMINISMOS.

Ao optarmos pela elaboração de uma cartilha, com biografias de mulheres sergipanas que atuaram dentro do movimento feminista no século XX, pretendemos fornecer as professoras e professores um recurso didático que possibilite trabalhar a história das mulheres e do movimento feminista durante as suas aulas, visto que, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, nos livros didáticos as mulheres continuam invisibilizadas e tratadas como apêndice. Especialmente quando nos referimos às mulheres nordestinas e em especial às mulheres sergipanas.

As cartilhas vêm sendo utilizadas na educação como um recurso pedagógico, a algum tempo, Collares (2011) sinaliza o uso da cartilha durante a Primeira República como uma contribuição para a alfabetização, a sua utilização nos anos iniciais da instrução escolar serviu como um instrumento de dominação ideológica, visto que, sua produção era fruto das classes dominantes material e intelectualmente, logo, estas cartilhas representavam os seus interesses.

“A educação ofertada nas escolas públicas e privada, nas séries iniciais do antigo primário, foi ancorada por meio das cartilhas, tornando-a um instrumento valioso de exercício da hegemonia da classe dominante, pois a educação desempenhava, dessa maneira, a função de direção em relação aos demais grupos” (COLLARES, 2011 p. 04)

Subvertendo essa lógica, atualmente os movimentos sociais têm se apropriado do uso das cartilhas a fim de divulgar suas lutas, quando bem elaboradas elas podem oferecer uma comunicação acessível e simples.

Dentro desta perspectiva, optamos pela produção de uma cartilha digital, visto que a inserção das novas tecnologias no ensino de História deve ser uma realidade cada vez mais presente. Com isso, pretendemos atingir um público maior e proporcionar uma maior interação das alunas e alunos com a ferramenta que produzimos. Contudo, entendemos que a exclusão digital ainda é extremamente grave em nosso país, por isso, criamos também uma versão que pode ser impressa em pdf, caso não seja possível o acesso à internet.

Este produto tem como público-alvo as professoras e professores, contudo, a história de vida das três mulheres biografadas foi produzida para que o docente as disponibilize para as/os estudantes, dessa forma o texto foi construído pensando em cativar as alunas e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Em sua estrutura a cartilha conta com: capa, apresentação, três textos biográficos, três sequências didáticas e a bibliografia. Incluímos também um QR code que possibilita o acesso

somente às biografias, para ser compartilhado com as/os discentes. Visto que, as sequências didáticas e o texto de apresentação são voltados para as/os professores. As cores escolhidas para compor a cartilha foram o roxo que representa o movimento feminista e o azul, verde e amarelo representando a bandeira do estado de Sergipe.

Inicialmente o nosso desejo era através da cartilha, realizar a divulgação da história das mulheres sergipanas aqui abordadas, contudo, percebemos que além de conhecer fazia-se necessário também a reflexão e a problematização dessas histórias de vida. Desta forma, elaboramos junto com as biografias, sequências didáticas com a intenção de fornecer caminhos aos docentes para abordar a temática em sala de aula. Trata-se apenas de uma sugestão, existem diversas possibilidades de abordagem que jamais conseguiríamos esgotar aqui.

Produzimos as sequências didáticas, buscando uma participação ativa das/os discentes, incluindo levantamento dos conhecimentos prévios, rodas de conversa, debates, pesquisa e produção de biografias ou autobiografias. Zabala afirma que as sequências didáticas: “são um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.” (ZABALA, p. 24, 2014). Nesse sentido, pretendemos que a partir das histórias de vida de Quintina Diniz, Maria Rita Soares e Beatriz Nascimento, as/os docentes possam compreender os feminismos como um instrumento de luta contra as desigualdades de gênero, construída historicamente.

Desse modo, almejamos estimular as/os discentes a refletir sobre a realidade social em que estão inseridas/os e através de uma relação passado/presente, observar que os direitos que usufruímos hoje são fruto de uma luta histórica, travada pelas mulheres que vieram antes de nós e quais as formas de opressão ainda presentes em nossa sociedade, que precisam ser desconstruídas. Acreditamos que conhecer a história de vida dessas mulheres, gere um processo de identificação e empoderamento das/dos discentes, levando-as (os) a se reconhecerem como agentes ativos da construção histórica, ou seja, enquanto sujeitos históricos.

Por fim, desejamos uma boa leitura e que as histórias de vida de Quintina, Maria Rita e Beatriz sirvam como inspiração para discentes e docentes na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

3.1 O produto:



APRESENTAÇÃO



Cara/o docente, esta cartilha é o produto gerado a partir da dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória/UFS), intitulado *Combatendo a invisibilidade feminina: Uma proposta para o Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas*. Espero com este trabalho, oferecer um caminho para que professoras e professores possam discutir os feminismos nas aulas de História, assim como combater a invisibilidade e o apagamento das mulheres na historiografia e nos currículos escolares.

Apesar da ampliação das discussões dentro das universidades e na sociedade em geral, os debates sobre gênero e feminismos não atingiram as salas de aulas da Educação Básica de maneira significativa, ou seja, precisam ser ampliados e aprofundados.

Em minha prática docente, por outro lado, percebo um crescente interesse das/os estudantes sobre a temática, na escola em que atuo entre os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, são cada vez mais frequentes questionamentos a respeito do protagonismo feminino ao longo da História, sobre a atuação do movimento feminista, a naturalização dos papéis de gênero e a construção e perpetuação das desigualdades.

Contudo, sei das dificuldades que professoras e professores possuem ao abordar uma temática cercada por tabus e disputas. Esta foi uma dificuldade que também enfrentei durante os meus mais de quinze anos de atuação na Educação Básica. Para mim, a falta de instrumentos didáticos e de abordagens que relacionassem feminismos e história das mulheres com o ensino de História, foram empecilhos que busquei superar.



Durante minha formação continuada, no Profhistória, conheci inúmeras possibilidades de trabalho com a temática, aprofundi meus estudos sobre gênero, feminismos e história das mulheres e cheguei à conclusão de que o emprego de biografias de mulheres sergipanas, poderia proporcionar a construção do conhecimento histórico sobre o movimento feminista nas aulas de História.

Nesta cartilha, trabalhei com as biografias de três mulheres sergipanas: Maria Rita Soares, Quintina Diniz e Beatriz Nascimento. Mulheres pioneiras e atuantes no movimento feminista no século XX, sendo as duas primeiras atuantes no contexto da primeira onda do feminismo, o movimento sufragista, e a última de maneira extraordinariamente percursora, ativista do feminismo negro interseccional. O movimento feminista é múltiplo e a escolha destas mulheres visa demonstrar esta multiplicidade.

Acredito que o uso de biografias de mulheres sergipanas, como metodologia e/ou instrumento didático-pedagógico, pode ser um importante meio a ser empregado no Ensino de História, especialmente, para discentes do 9º ano do Ensino Fundamental. E pode servir de instrumento por duas razões: A primeira tem a ver com a necessidade de questionar a narrativa histórica tradicional, hegemonicamente masculina. A exclusão das mulheres dos espaços públicos e das academias, possibilitou que a história fosse escrita por homens e para homens, resultando em um olhar unilateral das estruturas sociais. Esta é uma realidade que vem se transformando paulatinamente ao longo do tempo, aqui no Brasil especialmente a partir de 1960, com o aumento do número de mulheres nas universidades.



Em segundo lugar, o emprego das biografias de mulheres sergipanas na Educação Básica, busca valorizar suas ações e conquistas, evidenciando trajetórias de vida pouco conhecidas, silenciadas ou apagadas na História. Michelle Perrot ao analisar o silenciamento das mulheres na historiografia, nos indica que as pesquisas realizadas neste campo, retratam as mulheres como uma entidade coletiva e pouco se detêm as suas singularidades, neste aspecto a biografia se mostra um interessante método de investigação.

Ao quebrar este olhar estereotipado e hegemônico que coloca a mulher no lugar de espectadora passiva da história, contribuimos para que as/os discentes compreendam que os papéis de gênero são construídos historicamente e por isso passíveis a questionamentos.

Para alcançar estes objetivos, escolhi as trajetórias de vida de Maria Rita Soares, Quintina Diniz e Beatriz Nascimento, buscando demonstrar olhares diversos sobre os feminismos, a partir das particularidades destas mulheres.

A sufragista Maria Rita Soares, mulher negra de origem humilde, que ascende socialmente diante de sua dedicação aos estudos e a advocacia, nos traz um ponto de observação incomum, visto que, durante a primeira onda do feminismo, contexto no qual ela está inserida, as discussões eram realizadas majoritariamente por mulheres brancas de classe média/alta.

Maria Rita e um grupo de feministas. Rio de Janeiro, 1930. Fonte: Freitas (2003), p. 222.



Também inserida neste marco temporal, Quintina Diniz nos traz uma outra perspectiva, a de uma mulher branca, abastada financeiramente, mas que rompe com os paradigmas esperados para a sua posição.

Por fim, a ativista e intelectual negra Beatriz Nascimento, nos transporta para um outro lugar do pensamento feminista, situada entre a segunda e a terceira fase do movimento feminista, Beatriz nos fornece de maneira extraordinariamente vanguardista a defesa de um feminismo negro e interseccional.

Optei por voltar este trabalho para alunas e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, a escolha deste segmento deve-se ao fato de haver uma maior possibilidade de abordagem do tema, visto que, a Base Nacional Curricular (BNCC) estabelece as seguintes unidades temáticas que propiciam a abordagem do tema: *“O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX”*, que tem como um dos objetos de conhecimento o *anarquismo e protagonismo feminino*; e *“Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”*, nesta unidade o objeto de conhecimento refere-se a *história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais e os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira*.

Contudo, é importante salientar que nada impede o uso da cartilha em outros segmentos ou unidades temáticas, visto que as desigualdades de gênero e as lutas pelos direitos femininos estão inseridas em um processo de longa duração que permeiam todo o decorrer da história, cabe ao docente realizar as devidas adaptações de abordagem quando necessário.

A escolha por este público alvo, nos fez criar textos com uma linguagem simples, em forma de narrativa, mesclando em alguns momentos falas das personagens que estão entre aspas, busquei com isso fugir das biografias tradicionais, baseadas na coleta e fornecimento de dados de maneira pouco envolvente. Desta forma, você professora e professor, poderá realizar a leitura coletiva junto com seus estudantes.

A fim de ampliar a minha contribuição, inseri ao final de cada biografia uma sequência didática, sugerindo como abordar cada uma das biografias em suas aulas, estas podem ser utilizadas de maneira individual ou em conjunto. Em cada sequência didática buscamos problematizar diferentes ângulos da luta feminina por direitos, porém, as possibilidades são múltiplas e de forma alguma pretendemos (jamais conseguiríamos) esgotar o debate e as possibilidades de uso.

Por essa razão, as sequências foram estruturadas em passos que incluem rodas de conversa, pesquisas, reflexões, debates e produção biográfica. Tal estrutura foi pensada para um ensino de história que possibilite o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos.

A construção desta cartilha foi orientada a partir dos princípios de aprendizagem defendidos por bell hooks, Paulo Freire e Jörn Rusen. A escolha desses autores resulta da compreensão de que a aprendizagem histórica deve levar os discentes a refletir, questionar e transformar a realidade em que estão inseridos. Reconhecendo-se como agentes ativos da história e não apenas meros espectadores. Outrossim, a história de vida das biografadas foi elaborada em grande parte a partir de três pilares: a tese de Doutorado em Educação da professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, intitulada: Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX; do livro *Eu sou Atlântica* do professor Alex Ratts e da obra *A Mulher na História* da professora sergipana Maria Lígia Madureira Pina.

Desta forma, ao estabelecer uma relação passado/presente, as/os discentes podem compreender que os direitos que usufruímos hoje, são o resultado de uma luta histórica, que se estende até os dias atuais, das quais elas/eles enquanto sujeitos históricos participam direta ou indiretamente, a partir dos modos de agir e pensar em suas vidas práticas.

Por fim, espero que contar quem são essas mulheres, suas lutas e conquistas pelos direitos femininos, através do movimento feminista, possa auxiliar na formação da consciência histórica de alunas e alunos. Acredito que levar a temática para a sala de aula, é contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o gênero enquanto constructo social, não sirva para limitar os sujeitos e nem como demarcador de desigualdades e violência. Para isto, faz-se necessário educadoras e educadores conscientes de seu papel, docentes que tenham a ousadia e a coragem de não fugir da luta.



BIOGRAFIAS



**MARIA RITA
SOARES DE
ANDRADE**

*a feminista
vanguardista*





No final da década de 30 do século XX, desembarcava no Rio de Janeiro Maria Rita Soares de Andrade. Desembarcou sozinha, ato corajoso para uma mulher do seu tempo. Porém, aos 34 anos, já havia travado muitas batalhas. Por ser uma mulher negra, nascida em uma família pobre, precisou enfrentar muitas lutas desleais para conseguir vencer, mas não se deixava abater: gostava da peleja, principalmente de um bom debate, não por acaso tornara-se uma advogada reconhecida entre seus pares.

Ao desembarcar não sabia o que viria pela frente, os desafios e conquistas que estavam por vir, deixou para trás sua terra, seu pai Manuel José, seus irmãos Fausto, Aristides e João Batista; sua mãe Filomena já era falecida. Vinha de Aracaju, capital sergipana, cidade onde nasceu e viveu grande parte de sua vida.

Maria Rita era uma mulher que não se curvava, rompia as fronteiras que lhes eram impostas e muitas vezes foi incompreendida. As injustiças sofridas não a paralisavam, ela tinha orgulho da sua história. Ao mesmo tempo, era dolorido pensar que, mesmo aprovada em concurso, precisou entrar com um processo na justiça e fazer diversas denúncias à imprensa para conseguir ser nomeada e lecionar no Colégio Atheneu. Conseguiu vencer esta luta, mas outras estavam por vir.





Em 1934 após sua intensa contribuição para que Quintina Diniz fosse eleita a primeira mulher deputada estadual em Sergipe, acabou sendo processada e demitida, mulheres sufragistas não eram bem vistas pela sociedade. Mesmo o Atheneu Sergipense, sendo uma instituição educacional de grande prestígio e responsável pela formação de inúmeros intelectuais, sua nomeação e permanência foi a todo tempo questionada e invalidada.

Entretanto, esses desafios comprovaram sua habilidade como advogada, venceu todos os processos e não baixou a cabeça para os ataques covardes sofridos por conta da sua condição de mulher na imprensa sergipana. Ademais, ficou conhecida em toda cidade por seu posicionamento firme e sua competência.

Maria Rita não atribuía as dificuldades enfrentadas a sua raça ou a sua condição social, mas sim ao seu gênero. Acreditava firmemente que, com acesso à educação, as pessoas poderiam chegar aonde quisessem, apesar desse acesso ser constantemente negado às mulheres. Foi a única mulher da sua turma na Faculdade de Direito na Bahia, na qual somente duas mulheres antes dela haviam se formado. Por isso, comprometeu-se a não descansar até que as mulheres pudessem ocupar todos os espaços, inclusive na política.



*Maria Rita Soares aos 89 anos.
Fonte: Pina (1994), p. 367*



Maria Rita Soares (1931).
Fonte: Freitas (2003) p. 92

Fazia questão de posicionar-se politicamente contra a ditadura varguista que assumiu o comando do país. Ah... E quem achasse que mulher não deveria opinar em tais assuntos, que não viesse chorar-lhe as pitangas, porque receberia uma resposta à altura. Tinha orgulho ao afirmar: “Sou feminista, vanguardeira!”.

Junto com Bertha Lutz e Cezartina Régis, foi uma das fundadoras da Federação para o Progresso Feminino em Sergipe - organização feminista que lutou pelo direito ao voto feminino e por maior acesso das mulheres às universidades. Alegrava-se ao pensar que futuramente as mulheres poderiam desfrutar livremente desses direitos conquistados.

Ao desembarcar naquela grande cidade, Maria Rita não sabia o futuro que lhe aguardava, quais conquistas lhe esperavam e nem que novas barreiras precisariam romper. Carregava consigo apenas a certeza, que defenderia até o fim da sua vida o direito das mulheres ocuparem os espaços que desejarem. Naquele momento, não podia imaginar que ela, Maria Rita Soares, mulher, negra, sergipana, tornar-se-ia a primeira mulher Juíza Federal do Brasil.





PROHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA DE HISTÓRIA

sergipanas

mulheres, biografia e feminismos

SEQUÊNCIA DIDÁTICA I



**MARIA RITA
SOARES DE
ANDRADE**

*a feminista
vanguardista*

Caroline Bittencourt Ludovice



DIDÁTICA I

Nesta aula a/o docente deverá utilizar a biografia de Maria Rita Soares.

Público Alvo:

9º ano do Ensino Fundamental.

Unidade temática:

O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.

Objeto de Conhecimento:

Protagonismo feminino.

Habilidades BNCC:

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Tempo:

50 minutos.

Objetivo Geral:

Compreender o feminismo como um movimento social heterogêneo, construído historicamente dentro de uma relação de poder.

Objetivos Específicos:

- Explicar as pautas defendidas pela primeira onda movimento feminista.
- Demonstrar as relações de poder que permeiam a sociedade como um processo historicamente construído.
- Identificar as permanências e a rupturas em relação aos direitos femininos.
- Reconhecer a importância da atuação das mulheres sergipanas para a conquista dos direitos femininos.

PASSO 1:

Docente, para iniciar a aula realize uma roda de conversa, apresente o tema da aula e comece a discussão dirigindo aos discentes a seguinte pergunta: O que é uma mulher feminista? O questionamento possibilitará que você tenha uma noção do conhecimento prévio do seu das/os alunas/os a respeito da temática, como também, permitirá a reflexão e análise das respostas dadas pelos colegas de turma. Observe se há presença de visões estereotipadas sobre as mulheres feministas, para promover sua desconstrução.

PASSO 2:

Solicite as/os estudantes que respondam ao questionamento no caderno, desta forma, aqueles que desejarem poderão reformulá-las ao final da aula. Em seguida peça aos discentes que leiam suas respostas em voz alta. Neste momento, faça na lousa uma nuvem de palavras, com as definições mais utilizadas pelos alunos, assim a turma poderá ter uma visão geral das respostas dos colegas.

PASSO 3:

Convide as/os alunas/os para conhecer a história de uma mulher feminista, faça a leitura junto com os alunos da biografia de Maria Rita Soares. Pergunte se algum aluno conhece sua história ou se já ouviu falar sobre ela. Docente, caso a sua escola possua recursos, espelhe a cartilha em data show, para que os estudantes possam também analisar as ilustrações. A cartilha conta também com um código QR, onde os alunos podem ter acesso às biografias em seus celulares.

PASSO 4:

Após a leitura da biografia retome a roda de conversa, explique que Maria Rita Soares pertencia ao movimento sufragista, primeira onda do movimento feminista, que tinha como principal ponto de reivindicação o direito ao voto e uma maior participação das mulheres na política. Para estimular o debate destaque alguns pontos, como: as causas coletivas defendidas por Maria Rita Soares enquanto mulher feminista; as dificuldades que ela enfrentou e as barreiras que as mulheres enfrentam atualmente; o fato de Maria Rita associar a opressão que vivia a sua condição de mulher, excluindo questões raciais e de classe. Solicite que as/os alunas/os reflitam e se posicionem em relação a estas questões.

✓ = AVALIAÇÃO:

✗ = A avaliação deve ser formativa e contínua, atentar para a participação e o posicionamento das/os alunas/os durante o debate. Observar se houve alguma resposta equivocada em relação ao questionamento inicial da aula: “O que é ser uma mulher feminista?” e se ocorreram mudança na concepção das/os estudantes após a aula. Além disso, pode ser solicitado as/os discentes que construam a biografia de outras mulheres citadas no texto como Berta Lutz e a sergipana Cesartina Régis.



BIOGRAFIAS



**QUINTINA
DINIZ**

*a política
pioneira*





Quintina Diniz, Aracaju, 1935.
Fonte: Freitas (2003), p. 126

No dia 22 de julho de 1942, falecia em Aracaju Quintina Diniz. A cidade toda explodiu em comoção e em homenagens à respeitada professora, deputada e poetisa. Mesmo após muitos anos depois de sua morte, os jornais da cidade publicavam artigos comoventes, notas de pesar, crônicas e depoimentos.

Suas modernas práticas pedagógicas, seu amor e sua dedicação à educação influenciaram gerações de normalistas. Essas estudantes do curso normal se vestiam de azul e branco, e a mestra Quintina sempre de linho branco, harmonizada com o lugar onde ela passou a maior parte da sua vida: a sala de aula. É como professora que a maioria das pessoas lembram dela, sempre destacando a sua competência, sua dedicação e sua austeridade, o que em nada a entristecia, pelo contrário, lhe enchia de orgulho.

Iniciou sua carreira como docente, lecionando para os filhos dos trabalhadores rurais da fazenda do seu irmão Pedro Diniz. Em 1906, criou em Aracaju o primeiro colégio para moças: o Colégio Santana. Sua carreira como docente era reconhecidamente de sucesso.





Contudo, sua atuação na Assembleia Legislativa não teve o devido reconhecimento. Sua participação como a primeira mulher eleita em Sergipe no ano de 1934, foi bastante atuante, isso nos traz uma reflexão: Por que sua atuação política não é tão valorizada quanto a sua atuação docente?

O seu trabalho e sua luta junto com as incansáveis Cesartina Régis e Maria Rita Soares para que uma mulher fosse eleita em Sergipe, abrindo caminhos e espaço para várias outras que vieram depois, ficou assim em segundo plano para a imprensa sergipana.

Ao se lançar candidata a convite da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Quintina Diniz rompia com mais um padrão esperado para uma mulher como ela. Nascida em Laranjeiras, em 18 de junho de 1878, Quintina era uma mulher branca de família ilustre, então se esperava que arrumasse um bom casamento, pois fora educada rigidamente com esse propósito. Tocava piano, falava francês, era poetisa e excelente oradora. O esperado para ela era que se casasse com um político de prestígio. Entretanto, nunca se casou. Tornou-se ela mesma uma figura política atuante, participava ativamente das sessões e seus discursos sempre atraíam a atenção da assembleia.



Quintina Diniz com os deputados da Assembleia.
Aracaju, 1935. Fonte: Pina (1994) p. 209



Ao se lançar candidata a convite da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Quintina Diniz rompia com mais um padrão esperado para uma mulher como ela. Nascida em Laranjeiras, em 18 de junho de 1878, Quintina era uma mulher branca de família ilustre, então se esperava que arrumasse um bom casamento, pois fora educada rigidamente com esse propósito. Tocava piano, falava francês, era poetisa e excelente oradora. O esperado para ela era que se casasse com um político de prestígio. Entretanto, nunca se casou. Tornou-se ela mesma uma figura política honrada, jamais faltou a uma sessão e seus discursos sempre atraíam a atenção da assembleia.

Em uma sociedade patriarcal, a docência era um caminho aceitável para uma mulher da sua época, mas a sua ousadia de romper os limites estabelecidos e os padrões esperados não foi perdoada. A participação das mulheres na política sempre foi vista como imprópria, inadequada, é como uma pedra no sapato de uma sociedade machista: incomoda! A pouca atenção dada a sua atuação política não é fruto do acaso. Esse silenciamento pesa ainda mais fortemente sobre as mulheres pobres e negras - que enfrentam além do machismo, o racismo e o classicismo da sociedade.

Saudemos Quintina Diniz e todas as mulheres pioneiras que abriram os caminhos para as que vieram depois delas. Que possamos cada vez mais ocupar os espaços que desejarmos, porque lugar de mulher é onde ela quiser.





sergipanas
mulheres, biografia e feminismos

SEQUÊNCIA DIDÁTICA II



**QUINTINA
DINIZ**

*a política
pioneira*

Caroline Bittencourt Ludovice



DIDÁTICA II

Nesta aula a/o docente deverá utilizar a biografia de Quintina Diniz.

Público Alvo:

9º ano do Ensino Fundamental.

Unidade temática:

O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.

Objeto de Conhecimento:

Protagonismo feminino.

Habilidades BNCC:

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Tempo:

100 minutos.

Objetivo Geral:

Analisar a disparidade de gênero na política como resultado de um processo histórico da opressão das mulheres.

Objetivos Específicos:

- Comparar dados quantitativos em relação ao número de homens e mulheres atuantes na política brasileira.
- Investigar o processo de construção histórica que levou às mulheres a serem excluídas da vida pública.
- Elaborar hipóteses e estratégias de intervenção que possibilitem uma maior diversidade no cenário político atual.
- Reconhecer a importância da atuação das mulheres sergipanas para a conquista dos direitos femininos.

PASSO 1:

Professora/o, antecipadamente solicite que as/os estudantes pesquisem sobre a participação feminina na política do seu estado ou município, respondendo as seguintes questões: Qual a quantidade de homens e mulheres eleitos para a câmara de vereadores do seu município e para a assembleia legislativa do seu estado? Das mulheres eleitas quantas são indígenas, negras ou transexuais? O objetivo da pesquisa é permitir que as/os estudantes percebam a disparidade de gênero na política atualmente e a necessidade de promover ações que alterem este cenário.

PASSO 2:

Inicie a aula com a leitura coletiva da biografia de Quintina Diniz. Se possível faça a exibição do vídeo, **Paridade: mais mulheres na política**, da **série Eleitas**, do canal **Quebrando o Tabu** (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_gA4Sm1a01Q acesso em 01/06/2023). Solicite que as/os discentes que compartilhem e analisem os dados coletados na pesquisa realizada por eles, e em seguida solicite para que eles levantem hipóteses que expliquem a disparidade gênero na política, bem como possíveis soluções para este problema. É importante que as/os discentes percebam que a participação feminina na política é fruto da luta de mulheres como Quintina Diniz, atuantes dentro do movimento feminista. Além disso, é fundamental estabelecer a relação passado/presente, para que as/os estudantes compreendam que esta luta permanece nos dias atuais, especialmente quando se trata de mulheres negras, indígenas e transexuais.



✓ = AVALIAÇÃO:

✗ = A avaliação deve ser formativa e contínua, professora/o atente-se para a participação das/os discentes na realização da pesquisa e nas atividades propostas, como o levantamento de hipóteses e a indicação de caminhos para a inclusão de um maior número de mulheres na política.



BIOGRAFIAS



**BEATRIZ
NASCIMENTO**

*uma mulher
atlântica*



Cara leitora, caro leitor, esta é a história de Beatriz Nascimento, ela começa no nordeste brasileiro, em Aracaju, Sergipe, lugar de muitas mulheres pioneiras, revolucionárias e inspiradoras. Nesta terra, em 12 de julho de 1942, nasceu Maria Beatriz Nascimento, uma mulher negra, filha de Rubina Pereira do Nascimento, “dona de casa” e do pedreiro Francisco Xavier do Nascimento. Foi a oitava filha entre dez, sendo assim, você deve imaginar as dificuldades enfrentadas por sua família.

Quando ela tinha sete anos, seus pais migraram para o Rio de Janeiro, assim como milhares de nordestinos, em busca de melhores condições de vida. Foram de barco, pelo Oceano Atlântico, pelas mesmas águas por onde milhões dos seus ancestrais, chegaram de África. Nas palavras dela o povo negro está em constante transmigração. No Rio de Janeiro, tornou-se mãe, historiadora, professora, poeta, intelectual, ativista do movimento negro e feminista, não necessariamente nesta ordem. Beatriz foi uma mulher insurgente.

Viveu subvertendo a ordem estabelecida, em uma sociedade machista e racista como a nossa, as pessoas não esperam que uma mulher negra seja uma intelectual, elas esperam que estas mulheres ocupem cargos subalternos, seus corpos são estereotipados e este foi um problema que Beatriz enfrentou durante toda a sua vida.



Beatriz Nascimento. Fonte: Ori (1989)



*Beatriz Nascimento e os irmãos.
Rio de Janeiro, 1954. Fonte: Ori (1989)*

Quando ela era criança, não gostava da escola, se sentia incompreendida, deslocada e não representada. Passou muito tempo achando que era tímida, mas acabou entendendo que na verdade ela era reprimida. Desde a infância buscam silenciar as mulheres, ela transformou o silêncio em palavra, em protesto, em poesia. Tornou-se a melhor aluna da escola, foi a forma que encontrou para vencer as agressões e as perversidades racistas a que era submetida.

Questionava-se sempre quantas crianças reagem de maneira diferente e acabam por abandonar os estudos, o racismo tem um “emaranhado de sutilezas”.

Em 1968, iniciou sua vida acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lá conheceu inúmeros intelectuais renomados e já nesta época haviam muitos estudos sobre o povo negro no Brasil. Contudo, causou-lhe espanto o fato de invisibilizarem a mulher negra e de limitarem as suas análises ao período da escravidão, como se o seu povo se resumisse a isso. A história dos seus, não começa com a escravidão e muito menos termina com ela. Desta forma, elaborou um pensamento próprio, menos colonizado, um novo olhar.

Fez viagens a África para aprofundar seus estudos, criou e narrou o documentário *Orí* e participou ativamente da vida acadêmica. Em seus estudos passou a considerar, além das dores do povo negro, a luta, a resistência, a memória e a produção do pensamento, o seu *orí*¹. A partir de seus estudos ela construiu um inovador conceito de Quilombo.



*Beatriz Nascimento na Conferência
Historiografia do Quilombo, 1977.
Fonte: Ori (1989)*



*Beatriz
Nascimento.
Fonte: Ratts (2021)*



*Beatriz
Nascimento.
Fonte: Ori (1989)*

¹ Palavra de origem Yorubá que significa cabeça, podendo também ser utilizada para se referir a destino, guia ou pensamento.

Para Beatriz, quilombo não é somente um território para onde os negros escravizados fugiam e sim um projeto de nação onde o negro é o protagonista, é a busca pela libertação de toda e qualquer opressão do seu povo. O quilombo rompe barreiras territoriais, está presente em todo lugar, está presente em cada corpo negro que resiste junto aos seus pares. Quilombo é união e identidade. Para ela: “A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.”

Apesar dos seus conceitos vanguardistas a respeito dos quilombos, e da visibilidade que conquistou dentro da universidade, durante muito tempo, foi “esquecida” pelos estudiosos sobre o assunto e somente recentemente teve seus textos reavivados.

Nos anos de 1970, uma mulher negra na universidade, produzindo conceitos próprios e inovadores é algo de grande representatividade, rompe silêncios e abre caminhos para as que vêm depois. Beatriz sempre acreditou que as análises feitas em relação as discriminações de gênero, não podem ocorrer desvinculadas das questões raciais, pois, a mulher negra, além de lutar contra o machismo, luta também contra o racismo. Defendia que as vozes das mulheres negras deveriam ser ouvidas e a dela tentaram calar da pior forma possível, por meio da violência.

Em 28 de janeiro de 1995, aos 52 anos foi vítima do feminicídio. Mácula social, produzida pelo machismo que atinge inúmeras mulheres até os dias atuais.

O corpo morreu, mas seu pensamento, sua produção intelectual virou semente, sua voz não se calou, ela está presente em cada homem e mulher negra desse país que luta por igualdade de direitos. Ela está em você que me lê agora. Beatriz segue viva e presente no reino de Zumbi, Dandara e Aqualtune onde “A noite não adormece nos olhos das mulheres, a lua fêmea, semelhante nossa, em vigília atenta vigia a nossa memória².”

² Trecho do poema *A noite não adormece nos olhos das mulheres* de Conceição Evaristo em *Memória de Beatriz Nascimento*, em *Cadernos Negros*, vol. 19.



sergipanas
mulheres, biografia e feminismos

SEQUÊNCIA DIDÁTICA III



**BEATRIZ
NASCIMENTO**

*uma mulher
atlântica*

Caroline Bittencourt Ludovice

DIDÁTICA III

Nesta aula a/o docente deverá utilizar a biografia de Beatriz Nascimento.

Público Alvo:

9º ano do Ensino Fundamental.

Unidade temática:

Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.

Objeto de Conhecimento:

A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição. Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.

Habilidades BNCC:

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

Tempo:

3 aulas (150 minutos).

Objetivo Geral:

Compreender a luta das mulheres negras por uma sociedade mais justa e igualitária.

Objetivos Específicos:

- Relacionar as lutas feministas a seus diferentes contextos históricos.
- Discutir sobre o apagamento das mulheres nos currículos escolares e na historiografia.
- Demonstrar a importância do feminismo negro.
- Produzir biografias de mulheres pertencentes ao meio de convívio das/os discentes.
- Reconhecer a importância da atuação das mulheres sergipanas para a conquista dos direitos femininos.

PASSO 1:

Docente, inicie a aula projetando a imagem de Beatriz Nascimento, questione se as/os discentes conhecem a sua história ou se já ouviram falar a seu respeito, quem eles acreditam que ela seja e o porquê de ela está sendo estudada na aula. Observe as hipóteses levantadas pelos alunos e em seguida realize a leitura coletiva da biografia.

PASSO 2:

Organize uma roda de conversa para discutir o texto e a partir dele estimule os alunos a refletir e opinar sobre: o apagamento das mulheres, especialmente das mulheres negras da História e da produção acadêmica; o feminismo negro e a necessidade de interseccionar questões de raça, classe e gênero; a hierarquização social no Brasil que coloca as mulheres negras na base da pirâmide social; o feminicídio e a violência contra mulher como resultado do machismo cultural e da opressão que atinge especialmente as mulheres negras; o protagonismo da mulher negra nas produções intelectuais e dentro dos movimentos sociais. Docentes, compartilhe com os alunos dados atuais sobre as desigualdades raciais e as taxas de feminicídio no Brasil. Disponíveis em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameninasmulheres-2022-1sem.pdf?v=v2> (acesso em 01/06/2023)

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf (acesso em 01/06/2023)

PASSO 3:

Na aula seguinte, chame a atenção dos alunos para o fato de Beatriz Nascimento ser protagonista e precursora na luta por uma causa, sendo uma mulher produtora da história como todas as outras. Desta forma, solicite que as/os discentes escolham uma mulher do seu convívio, da sua comunidade escolar, do seu bairro, da sua família para biografar. Oriente-os a destacar além dos dados pessoais, os sonhos, as lutas, as dores e conquistas destas mulheres produtoras da história. Determine um prazo para a produção e organize uma apresentação para que cada aluna/o apresente seu trabalho.



✓ = AVALIAÇÃO:

✗ = A avaliação deve ser formativa e contínua, professora/o atente-se para a participação das/os discentes nas atividades propostas especialmente na produção das biografias.



PARA A(O) ALUNA(O)

Docente, compartilhe as biografias das mulheres sergipanas com suas alunas e alunos utilizando o QR Code abaixo e enriqueça ainda mais suas aulas!



aponte a câmera do celular

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 63ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, A. G. B. Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2018

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Editora Contexto. São Paulo, 2007.

PINA, Maria Lígia Madureira. A mulher na História. Aracaju, 1994.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza. São Paulo, 2006.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: fundamentos da ciência histórica. (Teoria da história I.) Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Cara/o docente, esta cartilha é o produto gerado a partir da dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória/ UFS), intitulado *Combatendo a invisibilidade feminina: Uma proposta para o Ensino de História a partir da biografia de três sergipanas*. Espero com este trabalho, oferecer um caminho para que professoras e professores possam discutir os feminismos nas aulas de História, assim como combater a invisibilidade e o apagamento das mulheres na historiografia e nos currículos escolares.

Apesar da ampliação das discussões dentro das universidades e na sociedade em geral, os debates sobre gênero e feminismos não atingiram as salas de aulas da Educação Básica de maneira significativa, ou seja, precisam ser ampliados e aprofundados.

Em minha prática docente, por outro lado, percebo um crescente interesse das/os estudantes sobre a temática, na escola em que atuo entre os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, são cada vez mais frequentes questionamentos a respeito do protagonismo feminino ao longo da História, sobre a atuação do movimento feminista, a naturalização dos papéis de gênero e a construção e perpetuação das desigualdades.

Contudo, sei das dificuldades que professoras e professores possuem ao abordar uma temática cercada por tabus e disputas. Esta foi uma dificuldade que também enfrentei durante os meus mais de quinze anos de atuação na Educação Básica. Para mim, a falta de instrumentos didáticos e de abordagens que relacionassem feminismos e história das mulheres com o ensino de História, foram empecilhos que busquei superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos entender o silenciamento de mulheres sergipanas, atuantes dentro do movimento feminista. Para tanto, através da leitura da bibliografia especializada, buscamos o entendimento das teóricas feministas a respeito da invisibilidade das mulheres na historiografia e nos currículos escolares.

Para Perrot (2007), este silenciamento é provocado pelo patriarcado que impôs a dominação masculina, a partir de papéis de gênero excludentes que levaram as mulheres a serem afastadas dos espaços públicos. O espaço público era o ambiente masculino, onde as grandes decisões políticas e acontecimentos sociais ocorriam, as mulheres eram segregadas ao espaço privado da família e do lar. Essa separação aliada a uma produção historiográfica tradicional, que considerava como fonte apenas as documentações oficiais e como acontecimento histórico apenas os fatos do âmbito político, levou a exclusão das mulheres da escrita da História.

As mudanças neste cenário, ocorridas a partir da entrada das mulheres nas universidades e do consequente desenvolvimento das teorias feministas, não atingem todas as mulheres. As universidades frequentadas majoritariamente por mulheres brancas, produziram estudos que não consideravam as questões de raça, classe e sexualidade. Desta forma, mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres continuaram sub-representadas. Este processo, de negação ao acesso à educação e de desprezo ao conhecimento dos povos subjugados, é definido por Sueli Carneiro (2005) como epistemicídio.

Diante deste cenário, entendemos que a utilização de biografias no ensino de História, possibilita o reconhecimento da importância das mulheres na construção histórica, proporciona a identificação dos discentes que passam a se reconhecer no outro e a compreender que também são agentes produtores da história.

A partir da produção biográfica de Quintina Diniz, Maria Rita Soares e Beatriz Nascimento, pudemos observar as nuances do movimento feminista em suas variadas ondas. Além disso, foi possível analisar os impactos dos estereótipos e desigualdades de gênero e raça na vida dessas mulheres. Diante disso, concluímos que a segmentação temporal do movimento feminista em ondas, serve como base para uma contextualização geral das teorias em voga. Contudo, não abarca a pluralidade, as reais necessidades e pensamentos das mulheres de sua época. Logo, se faz necessário a análise das singularidades das mulheres “às margens das ondas”.

Estas particularidades foram observadas nas trajetórias de Maria Rita Soares e Beatriz Nascimento. A primeira uma sufragista negra, de família humilde, que formou-se em Direito,

inserida em um contexto onde a educação formal e o movimento feminista, eram predominantemente ocupados por mulheres brancas. Beatriz, mulher negra, inserida em um ambiente acadêmico hegemonicamente marxista, propõe de maneira vanguardista, durante a segunda onda do movimento feminista, um olhar interseccional do feminismo, que considerasse as questões de raça independente das opressões de classe.

As observações destas singularidades foram permitidas, a partir da relação das trajetórias de vida com os contextos históricos em que as mulheres biografadas viviam, buscando uma intersecção entre o singular e o coletivo. Sendo assim, a produção de biografias não se resume a simples descrição de acontecimentos e datas de uma vida e seu uso não deve ser desconectado das análises das conjunturas sociais dos biografados.

A história de vida das mulheres aqui abordadas, nos permitiu observar as características gerais do movimento feminista, suas falhas, visto que se trata de uma teoria em construção e conquistas. Além disso, pudemos observar que os papéis e desigualdades de gênero são socialmente construídos, não naturais, logo podem ser desconstruídos.

Sendo assim, acreditamos que as biografias como recurso didático-pedagógico pode ser um eficaz instrumento na implementação de uma pedagogia feminista. Contudo, não basta apenas localizar a participação da mulher na história, se faz necessária uma revisão das práticas pedagógicas, que leve em consideração a desconstrução de estereótipos e a consolidação da história da mulher como um campo do saber.

As práticas feministas levam as/os discentes a compreender a necessidade dos rompimentos dos sistemas de dominação, que oprime homens e mulheres, promovendo o empoderamento, no sentido de buscar novos caminhos para a construção de uma sociedade mais justa. Afinal, o ensino de História deve servir para desenvolver a consciência de que não somos espectadores e sim sujeitos produtores da história, através da nossa maneira de agir em nossas vidas práticas. “O feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. *Educação e emancipação*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução e Introdução de Wolfgang Leo Maar. 1995.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Letramento: Justificando. Belo Horizonte, 2018.
- BITTENCOURT, Circe. *Reflexões sobre o ensino de História*. Estudos Avançados, p. 127-150, São Paulo, 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Estado da Educação. *Currículo Escolar: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Sergipe, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 19ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p.96 – 124.
- DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009
- COLLARES, S. A. O. *O uso da cartilha progressiva (1907) nas escolas do estado do Paraná*. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- FERREIRA Gleidiane de Souza; SILVA Tauana Olívia Gomes. *E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas*. Estudos Feministas. Florianópolis, 2017.
- FRASER, Nancy. *Feminismo, capitalismo e a astúcia da história*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de(org). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 63ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Paz & Terra, RJ/SP, 2018, 38ª ed.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno De. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas do século XX*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- GALVÃO, Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros. *Biografia na sala de aula: a construção de saberes históricos a partir do trabalho com histórias de vida*. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalhas de ideias, n. 1, Brasil, p. 1220-2011.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista: formação e contexto*. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2019.

HOOKS, Bell. *Mulheres negra: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília: nº16, janeiro – abril, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2013.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix. São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Livia Nascimento; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História das mulheres e história pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado*. Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades. Dourados: Revista Eletrônica História em Reflexão, vol. 14, n. 27, jan/jun, p. 206-230, 2020.

NADAI, Elza. *O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva*. Revista Brasileira de História. V. 13, nº 25/26, p. 143-162, São Paulo, 1993.

NASCIMENTO, Larissa Silva; SANTOS, Michele dos. *Vidas ressignificadas pela educação: práticas feministas para um mundo justo*. Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades. Dourados: Revista Eletrônica História em Reflexão, vol. 14, n. 27, jan/jun, p. 180-205, 2020.

OLIVEIRA, Itamar Freitas; OLIVEIRA, Margarida Maria de. *Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012)*. Revista História Hoje. v. 1. nº 1. P. 269-374, 2012.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Beatriz Nascimento. Brasil, 1989.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Editora Contexto. São Paulo, 2007.

PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina*. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol. 9 nº 18, p. 09-18, 1989.

PINA, Maria Lígia Madureira. *A mulher na História*. Aracaju, 1994.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vol. 5. N. 10, p. 200-212, 1992.
- PRIORE, Mary Del. *Histórias do cotidiano*. Editora Contexto. São Paulo, 2001.
- PRIORE, Mary Del. *Biografia, biografados: Uma janela para a História*. IHGB. Rio de Janeiro, p. 179-197, jul./set. 2010.
- RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: Silva Zélia Lopes (org.). *Cultura histórica em debate*. UNESP, São Paulo, 1995.
- RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza. São Paulo, 2006.
- RATTS, Alex. *Uma história feita por mãos negras*. Zahar. Rio de Janeiro, 2021.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica. (Teoria da história I.)* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *Saberes e incertezas do currículo*. Editora Penso. São Paulo, 2013.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *História do ensino de História no Brasil: Uma Proposta de Periodização*. Revista História e Educação. Porto Alegre: vol. 16, N. 37, maio/ago, p. 73-91, 2012.
- SCOTT, Joan. Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n.2, jul./dez, p. 71-99, 1995.
- SEMEÃO, Jane. *Gênero: o que se discute? Relações entre historiografia acadêmica e currículos escolares (2007-2012)*. Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História – UFC. Fortaleza, 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu Da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3º edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa como ensinar*. Penso. Porto Alegre, 2014.